

**ATA N.º 02/2023**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 19 de abril de 2023.-----

----- Aos 19 dias do mês de abril de 2023, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde / Estudo de viabilidade na integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina e Reabilitação Rovisco Pais no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra / Pronúncia do Município de Cantanhede;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Diamantino dos Santos Miguéis;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Rui Mendes Crisóstomo;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Jorge Manuel Catarino dos Santos;-----
- 6 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Desporto / Ao abrigo das al.s d) e e) do art.º 5.º do Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto (1 representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia e 1 representante da Assembleia Municipal);-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2022;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Reparação da Cobertura na sede da Junta;-----

- 9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de stands para a realização da Feira do Tremoço;--
- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de stands para a realização da Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de terreno para alargamento do Cemitério;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Murtede / Obras de Ampliação do Cemitério;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2022 pela equipa de Sapadores Florestais;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Novembro e dezembro de 2022 e janeiro, fevereiro e março de 2023;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio em Géneros Relativo a Bens Doados e Serviços Fornecidos às Freguesias / Uniões de Freguesia do Concelho de Cantanhede - Ano 2022;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia da Tocha / Época Balnear na Praia da Tocha;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de

delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ançã / Praia Fluvial de Ançã;-----

18 - Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Declaração de Interesse Municipal da localização proposta para a construção do novo cemitério de Cantanhede;-----

20 - Apreciação, discussão e votação da primeira alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2023;-----

21 - 2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2023.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, por motivo de saúde, conforme documento apresentado. Substituição da Sr.ª Amélia Filomena de Oliveira Mendes Castilho pelo Sr. Alfredo José Rodrigues Ferreira, da Sr.ª Licínia Maria Fernandes Pessoa pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares, do Sr. José Carlos Martins de Jesus pelo Sr. António José Nobre Casqueiro e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã pela Secretária da Junta de Freguesia de Cordinhã, Sr.ª Matilde Craveiro Marques Inês.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- Face à ausência do Sr. Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes, informou que, a Sr.ª Maria da Conceição Gonçalves Marques Alegre de Sá integrou,

a seu convite, o lugar de Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, na presente sessão.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 06/2022, da sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2022.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 06/2022, da sessão da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2022, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 07/2022, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2022.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 07/2022, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2022, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 24 de fevereiro de 2023 a 19 de abril de 2023, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual justificou a ausência da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, por se encontrar num compromisso pessoal e informou que chegaria no decorrer da sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou que, de 22 a 26 de março, no

Pavilhão “Os Marialvas”, ocorreu mais uma edição da Taça do Mundo de Ginástica Aeróbica em Cantanhede, com a presença ginastas de vários países, organizada pela Academia CantanhedeGym e com o apoio habitual do Município de Cantanhede. Deu, de seguida os parabéns ao Município por, mais uma vez, apoiar aquela iniciativa e à Academia por, mais uma vez, trazer aquele espetáculo internacional maravilhoso. Referiu ainda ser uma iniciativa muito boa para Município, que deve continuar a apoiar aquele tipo de atividades e de eventos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual, após cumprimentar todos os presentes, colocou as seguintes questões: - Em relação ao Boletim Municipal que saiu em dezembro de 2022, questionou se o mesmo é distribuído por todas as casas, uma vez que tem três casas no concelho e só o recebeu numa; - Ainda em relação ao referido Boletim, questionar o porquê de, na página n.º 80, aparecer uma obra em Febres, na Rua Conselheiro Costa Soares, relativa a passeios, porque de facto houve uma intervenção, mas não se tratou propriamente de uma obra, porque decorreu de uma necessidade da E-Redes de abrir um passeio inteiro. Acrescentou que, a reposição ficou péssima, tendo já reportado à Câmara que fez algumas melhorias, mas ainda não está de acordo com o que estava anteriormente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, demonstrou o seu contentamento pelo momento que se viveu no concelho de Cantanhede, nos 11, 12 e 13 de abril, no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude, com a receção dos símbolos. Referiu que, ainda que tenha sido uma iniciativa de índole de matriz religiosa, ultrapassou as barreiras e os limites da crença e do credo, tornando-se numa manifesta expressão do movimento

associativo de todas as agremiações do território. Sobre o assunto referiu ainda que, a organização da Jornada Mundial da Juventude no Concelho de Cantanhede é dividida em três blocos, o primeiro que junta Ançã ao setor sul da diocese, o núcleo central que engloba dez freguesias do território concelhio e um terceiro agrupamento que envolve as Freguesias de Febres, Vilamar, Corticeiro de Cima e São Caetano. Acrescentou ainda que, em três dias que testemunhou a relevante à jornada que aconteceu em Cantanhede, à semelhança do que se pode verificar um pouco a nível nacional e no mundo ao longo da realização desta iniciativa, verificou ser, de facto, uma iniciativa mobilizadora, congregadora, de manifesto envolvimento de comunidades e de países. Referiu ainda a importância para a comunidade e o privilégio que foi acolher e receber aqueles símbolos no dia 12, em frente aos Paços do Concelho. Esclareceu, de seguida que são dois os símbolos que marcam aquela iniciativa, uma Cruz feita em madeira e um ícone de nossa Senhora, e que estão a correr o País desde 2021 pelas diversas dioceses, e antes correram o mundo. Agradeceu assim ao Município pelo envolvimento na organização daquela iniciativa, ao Grupo de Voluntários que estiveram envolvidos na referida organização ao nível do território concelhio, porque ao longo daqueles três dias, foi manifesto o envolvimento das coletividades e das forças vivas da Comunidade. De seguida, informou que, no dia anterior à presente sessão, a Assembleia de Freguesia da sua União de Freguesias votou uma nota de Pesar pelo falecimento do Major General Idílio Freire, do seguinte teor: *“Idílio de Oliveira Freire era natural da Varziela, onde nasceu no dia 01/05/1941. Em 1961 ingressou na Academia Militar onde frequentou o curso das armadas infantarias, que viria a concluir em 1964. Possuía ainda o curso geral de Comando e Estado-Maior e o curso superior de Comando e Direção do Instituto de Altos Estudos Militares. Como capitão, comandou duas companhias de*

intervenção nos teatros de operações de Angola e da Guiné. Como Major comandou o corpo de alunos do Instituto Superior Militar em Águeda. Como Tenente-Coronel, comandou o Batalhão de Infantaria de Aveiro. Como Coronel comandou a Brigada Territorial n.º 5 da Guarda Nacional Republicana sediada em Coimbra e como General comandou a Brigada Ligeira de Intervenção. Foi sob o seu comando que esta Brigada organizou, preparou e projetou três unidades de escalão batalhão para atuação em operações de paz na Bósnia e no Kosovo. Na sua folha de serviços, constam vários louvores e condecorações, das quais se salientam uma medalha de ouro e duas de prata de serviços distintos e uma medalha de serviços distintos de segurança pública. Destacam-se os valores com que sempre pautou a sua vida, numa cordialidade, simplicidade e humildade na relação com as pessoas. Um verdadeiro exemplo de vida pelo percurso trilhado e pelo testemunho e participação ativa com que sempre nos brindou. Faleceu na Varziela no passado dia 7 de abril, tendo ido a sepultar no cemitério daquela localidade.” -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordando que há sempre múltiplas iniciativas a decorrer no Concelho, destacou o colóquio organizado pelo Município de Cantanhede e pela Comissão Diocesana Justiça e Paz de Coimbra, sobre ética, cidadania, governança e corrupção, que primou pela atualidade, pela pertinência do conteúdo, pela grande adesão das pessoas e pela qualidade dos oradores e que juntou no auditório do Centro Paroquial de São Pedro várias figuras de relevo da magistratura portuguesa, como a Ex-Procuradora Geral da República, Joana Marques Vidal e o Juiz do Tribunal de Contas, José Morais Lopes. Destacou também o facto do filme “Epopéia Gandaresa”, da autoria de um conterrâneo e funcionário municipal, Vasco Espinhal Otero, ter sido recentemente selecionado para

festivais nos Estados Unidos, na Argentina e na África do Sul. Acrescentou que aquele filme comporta elementos de vários géneros cinematográficos e contém excertos do poema do escritor e conterrâneo Carlos de Oliveira, merecendo destaque. Deu de seguida os parabéns ao realizador por aquele sucesso Internacional, desejando-lhe a ele, a toda a sua equipa, que possa ter bons resultados nos festivais para os quais o filme foi selecionado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referindo-se à transferência de competências para o Município de Cantanhede na área da Ação Social, recordou que, desde 2020, a Câmara Municipal não as aceitou porque o Governo pretendia transferir para os Municípios as novas atribuições, sem definir minimamente o indispensável enquadramento financeiro para as respostas sociais necessárias. Referiu ainda que, embora não tenha assumido aquelas competências, o Município de Cantanhede esforçou-se, muito além das suas próprias responsabilidades, para resolver os problemas sociais dos munícipes e das famílias em situação de fragilidade social, pelo que, a não aceitação daquelas novas competências, sem conhecer as verbas associadas ao processo, foi uma decisão responsável de modo a não comprometer o trabalho que tinha vindo a ser realizado e que é preciso manter e desenvolver. Acrescentou que, depois de mais de dois anos daquela tomada de posição, a Câmara Municipal de Cantanhede assumiu as competências do Estado na área da Ação Social, que incluem a celebração e o acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção - (RSI) e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, (SAAS) de pessoas e famílias em situação de emergência, vulnerabilidade e exclusão social. Referiu ainda que se prevê que a transferência dos processos que estão a ser acompanhados por parte da Segurança

Social seja gradual e que, numa primeira fase, sejam transferidos processos com critérios específicos. Felicitou, de seguida, o Município pela forma como abordou a questão e, no sentido de tentar prever e antever como vão ser implementar aquelas competências no terreno, colocou as seguintes questões: - Uma vez assumidas as transferências de competências no âmbito da Ação Social, como é que essas competências se vão concretizar no concelho? - É possível, no momento antecipar quais as vantagens que essa transferência traz ou não para o Município? - Quais os desafios?-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, solicitou esclarecimento acerca de um assunto que veio na comunicação social, nos últimos dias, respeitante à eventual integração da INOVA ou da distribuição da água de Cantanhede, numa eventual empresa intermunicipal, segundo declarações feitas pelas Águas de Coimbra. Acrescentou ter visto o comunicado feito pela Câmara, desmentindo tudo aquilo, no entanto, estando preocupado com aquela situação, considera que a Assembleia é o local indicado para serem prestados mais alguns esclarecimentos e serenar os ânimos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, em resposta às anteriores intervenções: - Sublinhou o trabalho absolutamente notável que a Academia CantanhedeGym tem desenvolvido, com qualidade e com formação permanente; - Relativamente à questão da Jornada Mundial da Juventude, referiu que, de facto, é o maior encontro de jovens de todo o mundo, com uma dinâmica que ultrapassa em muito a dimensão do credo, envolvendo gente de várias culturas, de várias sensibilidades, em torno de um conjunto de desafios que lhes são transversais, nomeadamente, a consciência de que

são protagonistas de um mundo melhor, da construção da paz e da justiça; de cuidar da casa comum, do desafio da sustentabilidade e, obviamente, da dimensão espiritual que está inerente, fundamental da pessoa humana e; determinante para qualquer consciência e realização; - Relativamente ao Major General Idílio Freire, referiu tratar-se de uma referência militar incontornável, com um papel de facto importante, sendo um motivo de orgulho para todo o Concelho e claramente também uma referência de cidadania pela forma como se envolveu e sempre acarinhou a sua própria terra; - Relativamente ao colóquio, sublinhou a importância e a pertinência da temática, e sobretudo, a presença de pessoas de referência naquela área, que trouxeram contributos mesmo muito importantes para aquela questão, quer do ponto de vista da democracia, quer do futuro, sobre a questão da ética e da governança e sobre o problema da corrupção que se alastra quase com efeitos tentaculares; - Relativamente à questão colocada sobre o Boletim Municipal, informou que deve ter-se tratado de mau serviço por parte de quem procedeu à entrega e agradeceu que fossem comunicadas as moradas para se contestar junto dos CTT pela não entrega. Relativamente à questão do conteúdo, afirmou não saber de cor. Acrescentou ter estado presente, em representação da Senhora Presidente da Câmara, na inauguração do Parque Infantil em Febres, e que, sendo uma obra que estava no relatório de atividades da Divisão de Administração Direta e Apoio às Freguesias, é normal que conste no Boletim enquanto obra, a sua realização, independentemente da dimensão e dos contornos, ficando o registo que será presente para avaliação; - Relativamente ao cinema, referiu que, de facto, o funcionário do Município, Sr. Vasco Otero, está de parabéns pela “Epopéia Gandaresa”, obra que poderá ser vista, muito brevemente, em vários pontos do concelho. Informou ainda que, decorreu a estreia mundial do filme “A primeira idade”, que foi rodado em Vilamar, realizado por

Alexander David, que tem relações familiares naquela localidade, no Festival Internacional de Roterdão, que está no momento a decorrer em Lisboa, no âmbito do INDIELISBOA. Informou ainda que, muito em breve, terão a oportunidade de ver um outro filme, *“Quando os lobos uivam”*, também rodado no concelho, que se insere num dossier mais completo que é *“contado por mulheres”*; - Relativamente à questão da INOVA, informou que terão sido falsas declarações, que foram de imediato desmentidas num comunicado da Senhora Presidente da Câmara, pois não há qualquer negociação em curso. Acrescentou que, existia um processo antigo, de interesse de outras comunidades, de outras empresas ou de associações com competências na matéria de integração, porque a INOVA tem apresentado excelentes resultados ao longo do tempo, na gestão que faz, no abastecimento de água, na gestão do saneamento, na própria recolha de lixo, etc., tem vindo a receber vários prémios que atestam essa excelência; - Relativamente às questões que foram colocadas sobre a transferência de competências no âmbito da Ação Social, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa, que a Sr.ª Vereadora, Célia Simões pudesse responder e realçou a forma como a Sr.ª Presidente da Câmara trabalhou o processo para que se pudesse chegar a bom porto, porque o grande objetivo é ter respostas de qualidade para os munícipes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que a Lei n.º 50/2018 veio alargar as competências dos municípios, o que foi lembrado novamente com Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto e que, o Serviço de Ação Social e Saúde, começou logo a debruçar-se sobre a temática, pedindo reuniões às mais diversas entidades, de forma a fazer a diferença no acompanhamento das pessoas que mais precisam. Saliu a disponibilidade de todos os que acompanharam o

processo, nomeadamente, o executivo camarário, a ANMP e a Senhora Secretária de Estado da Saúde que esteve presente em algumas reuniões. Acrescentou que, para fazer a diferença, o pacote financeiro era importante, e os 40.000,00€ atribuídos não chegavam. Foram publicadas algumas portarias e o Decreto-Lei n.º 87-B/2022 que veio regular o que passaria para os municípios; nomeadamente, o Serviço de Atendimento da Ação Social, o RSI, as Cartas Sociais, o CLDS e ainda as cartas municipais, o que aumentou o esforço financeiro, para além de um esforço nas instalações para poder acolher os munícipes, tendo aqueles 40.000,00€ passado para 250.000,00€ e as competências foram assumidas em abril. Acrescentou que tal verba teve a concordância todas as entidades envolvidas, mas ainda não chegou. Relativamente ao atendimento feito pelos Serviços informou que, inicialmente existiam há volta de 700 processos de SAAS e de RSI, que passaram para 400, porque, entretanto, alguns foram arquivados e que houve reuniões nas 14 Freguesias, tendo sido descentralizado o atendimento, com exceção da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, onde está disponível na Casa Francisco Pinto, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 16h30. Que ficou com 95 processos. Acrescentou que juntaram Ourentã, Sepins, Bolho, Murtede, Ançã, Cordinhã, Portunhos e Outil, que têm 91 processos, sendo o acompanhamento feito em Ançã e em Murtede, de manhã num lado e da parte da tarde no outro, Covões, Camarneira, Vilamar, Corticeiro de Cima, Febres e São Caetano, que têm 101 processos, sendo o atendimento feito em Covões e em Febres, e finalmente, Tocha, Cadima e Sanguinheira, que têm 107 processos, com atendimento na Tocha e em Cadima. Referiu contarem com as Juntas de Freguesia, seu pessoal e seus espaços para a fase inicial, as quais se mostraram sempre disponíveis, o que agradeceu. Informou, de seguida que, na Segurança Social, ficou a Linha de Emergência, os comportamentos aditivos, as vagas de lar, o



HIV/SIDA e a toxicodependência, entre outras respostas. Referiu ainda que, apesar das competências terem sido aceites no início de abril, a descentralização só se conseguiu fazer no dia 17 de abril e só na presente semana os Serviços começaram a atender nos sítios que mencionou. Acrescentou que, como a descentralização já foi feita a pensar nas pessoas, na vastidão do território, no envelhecimento das pessoas e no isolamento, se o processo não for da competência da Câmara, será instruído da mesma forma, podendo, de seguida o Município, dirigir-se à Segurança Social e ser atendido de forma mais rápida. Frisou que, assim, o Município deu uma resposta de proximidade aos cidadãos, com muita qualidade, seguindo o princípio da subsidiariedade e o princípio da intervenção mínima, permitindo restabelecer o acesso aos seus direitos, liberdades e garantias no território, promovendo um impacto no desenvolvimento social do concelho e contribuindo para uma maior coesão territorial e uma melhor qualidade de vida. Referiu ainda que, estarão disponíveis para reverter o processo, caso seja necessário e que a comissão de acompanhamento tem feito um trabalho muito bom, considerando assim estarem no bom caminho para prestar um melhor atendimento às pessoas e fazer um melhor acompanhamento. Referiu de seguida que, quando a Segurança Social esteve fechada antes da Páscoa, foi difícil porque não dominavam o sistema e não tinham os processos, mas não deixaram de atender as pessoas, mesmo quando não eram da competência da Câmara. Referiu ainda que, perante situações de fragilidade e de extrema carência económica, enquanto a Segurança Social acede aos processos e atribui pequenos subsídios automaticamente, a Câmara não o pode fazer, sem pedir uma declaração de não dívida às Finanças e à Segurança Social, e se existir dívida, ou a pessoa se desloca às Finanças e faz um plano de pagamento ou os serviços devem reter 25%. Finalizou afirmando que a burocracia tem sido o pior desafio, pelo que foram solicitados alguns

pareceres no sentido de se poder ir ao encontro do objetivo do Serviço de Ação Social e da descentralização de competências, que é facilitar e não complicar.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, lamentando a ausência do Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, esclareceu uma dúvida por ele levantada na última reunião da Assembleia Municipal, relativa às estátuas que existiam no antigo Preventório, que segundo ele, teriam supostamente sido retiradas e levadas da rotunda da entrada da creche, do dito Preventório, sítio onde se encontravam, não se sabendo por quem, nem onde se encontram atualmente, tendo inclusivamente referido *“Essa obra é nossa e devemos recuperá-la e colocá-la no sítio original”*. Acreditando que tais palavras não teriam querido dizer que aquela obra pertence à Associação à qual o Sr. Secretário da Mesa é hoje Presidente, apesar de ficar a dúvida, esclareceu que: - Aquelas estátuas foram mandadas fazer, à data, pelo Dr. Bissaya Barreto e mantiveram-se no local original durante cerca de 2 anos após o fecho da creche, em 1975; - Em 01/06/1977, a Fundação Bissaya Barreto deslocou a referida obra para o Jardim do antigo Hospital Pediátrico, passando estas a fazer parte da moldura de inauguração do referido Hospital, onde se mantiveram até 01/06/2011, quando foi inaugurado o atual Hospital Pediátrico; - Nessa data como estavam muito danificadas, inclusivamente um dos meninos partido, foram guardadas e mais tarde restauradas; - No dia 01/06/2017, devidamente restauradas, foram colocadas no Jardim do atual Hospital Pediátrico, onde se mantêm até hoje. Terminou a sua intervenção, afirmando acreditar que o Dr. Bissaya Barreto, onde quer que se encontre, além de ter corado de vergonha ao ouvir as palavras proferidas na última reunião desta Assembleia Municipal, estará certamente muito satisfeito e feliz por ver



a referida obra de arte exposta no local adequado, numa unidade de saúde altamente diferenciada e de referência nacional dedicada a tratar crianças. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que, numa sessão anterior da Assembleia, interpelou a Sr.ª Presidente da Câmara sobre a obra do Bairro Vicentino, tendo questionado se a Rua de Aveiro e a outra paralela, que sofreram obras, iriam também ser alcatroadas, ao que foi respondido que sim, apesar de ter obtido informação contrária. Referiu ter agora informação que esse trabalho será feito quando a obra for inaugurada, pelo que questionou quando, pois, os moradores questionam essa situação. Acrescentou que, nessa mesma estrada, quem corta à esquerda em direção à antiga linha do caminho de ferro, os carros têm quase de chegar a meio da estrada para curvar, porque não se vê, porque há capim com mais de 1 metro e meio de altura nos passeios do lado esquerdo, o que se resolve facilmente. Recordou ter também já falado na Assembleia sobre a questão dos passeios na Escola Amarela, que também ainda não está resolvida, para além de algumas passadeiras que já se veem mal. De seguida fez os seguintes reparos: - Relativamente ao Largo com repuxo alto, na entrada da cidade quando se vem de Coimbra, referiu que as mesas estão completamente estragadas, os bancos têm pregos e outras situações e os viajantes que lá vão almoçar já nem tem condições, podendo ser facilmente resolvido; - Relativamente aos Olhos da Fervença, sabe que existe um projeto em andamento, mas até lá considera que deve ser tratado, porque no último fim de semana, estava lá muita gente, verificando-se muita sujidade e restos de fogueiras e de carvão no meio da areia, capim alto e outras situações, o não parece muito bem, nem agradável de ver; - Relativamente a outra questão que já abordou, nomeadamente relativamente a inauguração do museu, recordou que, quando

questionou a Sr.^a Presidente da Câmara, esta lhe respondeu que estava em causa a questão do mobiliário, porque o orçamento era muito alto. Considerando estranho que num projeto para um Museu daquela dimensão não existir já um orçamentado para o mobiliário, questionou sobre quando estará pronto o museu. Questionou ainda se a parte da frente do mesmo, que tem algumas questões para resolver, nomeadamente canos e fios a céu aberto, podendo causar algum acidente a pessoas mais idosas ou a crianças, não poderia já estar acautelado. Ainda sobre o assunto, questionou se já existe o serviço educativo que tanto pediu para as Escolas, pois está-se a chegar ao final do ano e é necessário. Referiu que se lá for uma turma, não há um guia para dar as explicações necessárias, nem as escolas recebem informação a não ser por mail;

- Em relação às transferências de competências, deu os parabéns às obras que estão a ser feitas na EB 2,3 de Cantanhede, na Escola Marquês de Marialva, no entanto, alertou para o facto de haver necessidade de alguma proximidade com os intervenientes, para saber se está tudo em conformidade com o que é pedido em termos pedagógicos e de serviço. Acrescentou que, deveriam visitar a Escola para ver que, embora a obra esteja muito bem feita, há muitos erros arquitetónicos em termos de salas, que são muito estreitas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, colocou algumas questões e fez algumas observações: - Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, José Manuel Cruz, questionou para quando a remoção da via pública do *pseudo* vaso existente junto à Associação de Casal do João, que como já referiu, afeta seriamente a manobra aos camiões quando veem no sentido de Figueira da Foz / Mira e viram para o lado da cooperativa; - Relativamente à estrada que vai da Igreja da Sanguinheira à rotunda da A17, referiu estar caótica, apesar de já lá terem feitas



algumas obras, nomeadamente o seu alargamento e postas manilhas, mas carece de ser requalificada como deve ser, com tapete; - Relativamente à estrada que liga a Lagoa Alta e que passa junto ao estaleiro das Juntas e que serve o Infantário, referiu ser uma estrada com algum movimento e que se encontra com o piso muito degradado, necessitando de alguma intervenção; - Relativamente à Freguesia de Ançã, referiu existirem queixas de que a Rua Dona Maria Luisa, a Rua Santa Maria, a Rua Jaime Cortesão e a Rua de Trás, entre outras, se encontram em mau estado de conservação, também necessitando de intervenção; - Referiu que, em muitas estradas, já não são visíveis as marcações; - Relativamente ao Museu do Ourives, em Febres, questionou sobre o ponto da situação e para quando o término da obra.—

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, em defesa do património concelhio, da Pedra de Ançã e da calçada à Portuguesa, questionou sobre o porquê da remoção da calçada portuguesa em frente ao Tribunal e no Largo São Mateus, que tem causado a indignação de muita gente que defende o património e a Pedra de Ançã.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual fez os seguintes comentários: - Relativamente à intervenção da Sr.^a Áurea Andrade, agradeceu os esclarecimentos prestados, no entanto referiu ser certo que o património que estava naquele local, porque fazia parte da colónia Rovisco Pais que terá passado para a Fundação e que foi deslocalizado. Acrescentou que, se está bem localizado no Hospital Pediátrico ou numa instituição de crianças, ou se deveria ficar naquele local porque historicamente era dali, são opiniões divergentes e cada um terá a sua. Denotou, de seguida, que foram feitas um conjunto de insinuações relativamente ao Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, ausente, curiosamente pelos mesmos que o criticaram quando falou do Sr. Vereador Carlos

Sérgio Negrão na ausência do mesmo, registando essa incoerência, não em relação aos comentários, mas em relação às insinuações que foram feitas em seguida; - Relativamente à estranheza manifestada pelo Sr. Abel Carapeto, e sem prejuízo dos esclarecimentos técnicos que possam vir a ser prestados pelo Município, recordou que o projeto daquela obra foi apresentado nesta mesma Assembleia e que mereceu um aplauso entusiástico por parte do Partido Socialista. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual passou a responder às questões que foram levantadas, da seguinte forma: - Relativamente à intervenção da Sr.^a Áurea Andrade, referiu que, obviamente, o Sr. Primeiro Secretário Maia Gomes, em devido tempo, deverá responder, até porque há questões que podem ser esclarecidas. Referiu que, em sua opinião, a intervenção que ouviu na última Assembleia, era uma intervenção muito no sentido de orgulho e regozijo do que é a dimensão do Hospital e do que, muitas vezes, os elementos patrimoniais e arquitetónicos representam em termos de identidade e de contar a história, pelo que, o facto de serem deslocalizados é sempre discutível. Acrescentou que, também não ficou explicado pela intervenção em causa o porquê de terem sido deslocalizados, se por uma questão estética ou de pertença, porque o Conselho de Administração não tinha nenhuma referência relativamente a isso e, deixou sair. Referiu ainda o sentimento de orgulho, de estar no território, que, obviamente o Sr. Primeiro Secretário, José Maia Gomes, em tempo oportuno e adequado, poderá defender; - Relativamente às obras do Bairro Vicentino, informou que estão a ser ultimados os processos para uma intervenção nas ruas referenciadas para muito breve, sendo que algumas têm de ser articuladas com a INOVA; Relativamente às outras questões, seja dos passeios ou das mesas estragadas, informou que tudo será reportado diretamente aos serviços para que possam avaliar



o ponto de situação e para procederem à intervenção necessária, caso ainda não esteja feita; - Relativamente aos Olhos da Fervença, informou que o concurso está a decorrer, no entanto, quer nos Olhos da Fervença quer na outras praias fluviais, o planeamento das intervenções naqueles espaços são emblemáticos, sobretudo com intervenções mais de fundo, que se fazem atendendo ao calendário das estações. Acrescentou ter sido confrontado no último fim de semana com a necessidade urgente de encher a piscina porque, como o tempo estava tão bom, que já havia gente a querer utilizar aquele espaço. Referiu também que, relativamente aos Olhos da Fervença, saiu no último fim de semana, motivo de orgulho para todos, uma nota nos meios de comunicação sobre aquele lugar ser de excelência, devendo ter por conseguinte, uma atenção redobrada; - Relativamente ao serviço educativo, informou que existe, sendo que, permanentemente, existem visitas guiadas, para além de agora o Museu da Pedra tem um filme notável, que pode ter diferentes abordagens consoante os anos escolares, sendo mesmo uma questão de contactar os Serviços; - Relativamente à questão da transferência de competências na área da educação e, concretamente, às obras que estão a decorrer, informou que, no caso das obras na EB 2,3 de Cantanhede, as mesmas foram acompanhadas e já foram motivo de visita por um Agrupamento de Escolas de Coimbra e por vários Diretores, precisamente para ver se houve uma articulação entre o pedido do órgão de gestão da Escola. Acrescentou que esse órgão de gestão conversou com todos os professores, tendo sido feito um processo interno, o que levou a imensas alterações relativamente ao que estava previsto. Referiu ainda que, a preocupação atual é a questão da intervenção no espaço exterior, que também não é uma competência do Município, mas, querendo ser parte da solução e perante a preocupação que tem com a questão das condições do processo de ensino da aprendizagem, assumiu até parte da participação

nacional, substituindo-se no fundo à tutela. Referiu também que a Sr.^a Presidente da Câmara também já solicitou uma reunião com a tutela no sentido de informar que aquele processo não tem condições de poder entrar em candidaturas, porque foi um processo que foi desenvolvido anteriormente e enferma de falta de verbas, precisamente porque estava faseado numa outra data temporal.; Relativamente ao reparo feito anteriormente pelo Sr. Presidente da Mesa, João Moura, reforçou a ideia de que as questões mais pontuais e precisas que são levantadas pelos Membros da Assembleia devem ser comunicadas antecipadamente, permitindo assim que o Município possa intervir de imediato, não sendo necessário esperar por uma Assembleia Municipal para as colocar; - Relativamente ao Museu, informou que a sua abertura deverá ser em início de dezembro e esclareceu que nem se trata de uma questão de mobiliário, nem de pequenas coisas, mas sim de uma narrativa, de uma linguagem e de um processo criativo que ultrapassa a mera estante, daí o atraso no processo. Relativamente à questão por resolver no exterior, informou estar tudo elencado, mas que fará chegar o reparo à Sr.^a Presidente da Câmara, que diligenciará no sentido de ultrapassar aquele pormenor. Concretamente em relação ao Museu, referiu que a pessoa responsável pelo tratamento das coleções é o Dr. Batista Pereira, pessoa de referência do ponto de vista museológico; - Relativamente ao cruzamento do Casal do João, informou que já está em execução o projeto para solucionar a marcação do entroncamento; - Relativamente à questão da obra em frente à Biblioteca Municipal, na rua que vai ter aos bombeiros, deixou duas notas: - O projeto foi apresentado na Assembleia Municipal, tendo a inovação da requalificação e da reestruturação, que, como é evidente, como qualquer projeto de intervenção no espaço público está sempre sujeito a críticas e opiniões diferentes, como tiveram a oportunidade de ver. Acrescentou que nem todas as sensibilidades são iguais,

obviamente nem todos têm o mesmo gosto e que, de acordo com os materiais utilizados e com a própria imagem que resulta depois no final de cada uma das obras, é certo que o Município tem sempre a preocupação, não só de valorizar a Pedra de Ançã, neste caso o calcário, colocando sempre que possível esses elementos, mas não significando exclusividade e uma total ausência de outros elementos do ponto de vista arquitetónico que foram escolhidos e que são apresentados. Referindo, finalmente, que foi a solução, que parece que no final resulta em termos de mobilidade e de outras acessibilidades, como a ciclovia etc... e de fruição pública ainda que tenhamos claramente diferentes opiniões relativamente ao resultado e à imagem que tem.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, dando as boas-vindas à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio e deixando também uma nota de solidariedade, já manifestada na Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual também cumprimentou a Sr.ª Presidente da Câmara, manifestando-lhe a sua solidariedade pelo momento de tristeza que está a passar e apresentando as suas condolências. Relativamente à sua anterior intervenção, recordou ter tido o cuidado de referir, no início, que lamentava muito o facto do Sr. Primeiro Secretário não estar presente, mas que não podia deixar de dar aquele esclarecimento porque, mais tarde já não faria sentido. Relativamente à questão da mudança de lugar da obra, considera que foi uma decisão que coube a quem a tomou na altura e que tinha o poder para a fazer, desconhecendo se a Assembleia tem legitimidade de a estar a colocar em causa. Finalizou a sua intervenção, afirmando ter manifestado o seu agrado em ver as estátuas no sítio onde elas estão, porque considera que estarão

muito melhor num sítio muito mais aprazível e adequado do que no sítio onde elas estariam se fosse no original.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, dando nota que já houve idênticas situações anteriores, recordando-se de uma na Pena, que tinha a ver com a Vila Romana e as mais de 1000 moedas que foram descobertas e foram parar a Lisboa, tendo o Município de Cantanhede após muitos anos, conseguido que voltassem à proveniência e foram para o Museu da Pedra. Esclareceu que, se aquelas estátuas estavam no Rovisco Pais, na Tocha, nada custa ao executivo ou à Assembleia Municipal pedir para que elas voltem para o local onde estavam inicialmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, relativamente à questão da calçada, reforçou não ser só uma questão de olhar, mas sim de se criar identidade. Acrescentou que, no momento a cidade de Cantanhede não tem uma identidade específica, porque o seu património cultural, artístico, arquitetónico, patrimonial, social e cultural, tem muito a ver com o uso do calcário, mas quem passa pela cidade e pelo concelho, apenas vê uma amálgama de materiais e muito granito. Deu como exemplo as ruazinhas da Cidade que foram recentemente requalificadas, com muito pavê, muita cerâmica, mas sem identidade. Referiu ainda que, em determinadas vilas e cidades no país, têm uma preocupação com o uso do produto local, vendo-se o granito no interior porque extraem o produto local, que é o que falta no concelho e pelo que todos devem lutar.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Cruz, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente à questão colocada sobre a sua freguesia, deu nota não saber exatamente se aquela zona é da responsabilidade da Freguesia ou das

Infraestruturas de Portugal, estando à espera de obter uma resposta sobre isso .Acrescentou ser algo de muito simples de executar, no entanto não poderá intervir enquanto não souber se é da responsabilidade da Junta de Freguesia ou das Infraestruturas de Portugal, sendo executada a obra logo que tenha uma certeza.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:** -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - «Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Cândido Ferreira»:**-----

----- A solicitação do Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o Sr. Carlos Fernandes procedeu à leitura da proposta de Voto de Pesar, do seguinte teor: *“Cândido Manuel Pereira Monteiro Ferreira nasceu em 1949, em Febres, onde frequentou a Escola Primária, tendo cumprido a restante formação académica no Liceu D. João III e mais tarde na Faculdade de Medicina de Coimbra, área na qual se licenciou posteriormente em 1973, vindo posteriormente a especializar-se em Nefrologia. A sua carreira profissional teve vários pontos dignos de registo. Em 1976, dirigiu o Hospital de Pombal. Entre 1978 e 1982, foi assistente de Nefrologia na Faculdade de Medicina e frequentou um estágio em Lyon, na área das transplantações renais. Integrou a equipa do Professor Linhares Furtado e colaborou em diversos procedimentos pioneiros em Portugal, nomeadamente na primeira transplantação renal com rins de cadáver. Em 1982 enveredou pela diálise privada e criou e construiu empresas e clínicas de referência ligadas à hemodiálise. Exerceu também uma profícua atividade política, tendo sido candidato e exercido diversos cargos de relevo, particularmente a nível*

partidário e autárquico, mas também a nível nacional. Em 1976, foi mandatário jovem da candidatura presidencial de Ramalho Eanes. De 1985 a 1989, foi Membro e líder da bancada do PS na Assembleia Municipal de Leiria, município no qual também foi candidato à Câmara e vereador. De 1991 a 1995, foi Presidente da Federação Distrital do Partido Socialista em Leiria. Em 2011, foi candidato à liderança do Partido Socialista Contra o então Primeiro-Ministro, José Sócrates. Em 2016, foi candidato às eleições Presidenciais. A nível literário, é membro da Associação portuguesa de escritores e escreveu romances, contos, crónicas e ensaios, sendo responsável por uma vasta produção técnica e científica, bem como inúmeros artigos de opinião e intervenções públicas para a comunicação social. É autor dos romances “o senhor Comendador”, “A paixão do Padre Hilário” e “Setembro Vermelho” e de vários livros de crónicas, alguns deles com apresentação editorial em Cantanhede. “Os burros”, “Esmeralda sim”, “Pelas crianças de Portugal”, “Histórias deste mundo e do outro” e “Covid 19, a tempestade perfeita”. De intermeio publicou também uma monografia de reflexões autobiográficas intitulada, “Nos bastidores da medicina”. Uma das últimas causas que abraçou foi a criação de um museu de arte e colecionismo em parceria com a Câmara Municipal de Cantanhede. No protocolo celebrado com a autarquia, o médico assumiu o compromisso de doar um acervo constituído por centenas de milhares de peças do seu espólio, que serão colocadas ao serviço do desenvolvimento sociocultural e económico de Cantanhede. O Museu apresentará exposições temáticas muito diversificadas, que serão organizadas em diversas grandes áreas, pintura, mobiliário, artes decorativas portuguesas, arqueologia de todas as civilizações, artesanato de todo mundo, história do dinheiro, história postal, temas de bibliografia e afins e colecionismo dito popular. Na sequência da assinatura do acordo, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprovou em 2019, a atribuição de

um voto de louvor e reconhecimento ao Dr. Cândido Ferreira, tendo em conta o inestimável benefício que o seu gesto de beneficência representa para o concelho ao nível da oferta de serviços culturais e do reforço da atratividade do território. Pela consternação causa o falecimento do Dr. Cândido Ferreira e pelo seu percurso enquanto médico, professor, escritor, político e humanista, a Assembleia Municipal de Cantanhede propõe assim um Voto de Pesar que alarga e complementa as manifestações já previamente assumidas pela Câmara Municipal, nomeadamente o decretar de Luto Municipal, justa homenagem e que subscrevemos inteiramente.”-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, confirmando que, conforme havia sido combinado, a Bancada do PS se associa àquele Voto de Pesar.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação por escrutínio secreto o **Ponto 2 – “Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Cândido Ferreira”**, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 - “Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde / Estudo de viabilidade na integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina e Reabilitação Rovisco Pais no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra / Pronúncia do Município de Cantanhede”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual saudou todos os presentes na sessão, agradeceu as inúmeras condolências que recebeu e deixou uma palavra de felicitações ao Partido Socialista, porque a 19/04/1973 foi fundado o Partido Socialista, na Alemanha fazendo assim 50 anos. Deu assim os parabéns à Comissão Política do Partido Socialista e a todos os seus elementos presentes na Assembleia, Membros da Assembleia e Vereadores, pela atividade em prol da democracia e do

desenvolvimento de Portugal. Relativamente à questão da saúde, informou ter pensado projetar todo o documento que foi enviado pelo SNS, como fez na reunião de Câmara, mas o documento é extenso. Afirmou acreditar que foi importante, naquela reunião, ter estado toda vereação e a parte técnica da Câmara a debater ponto a ponto que tinha sido submetido. Referiu que, o que mais a preocupa é a forma como foi apresentado, porque o Executivo deveria ter sido chamado logo no início, durante e enquanto as negociações decorriam, e não apresentado um documento como algo já pensado e definido. Informou de seguida que o documento apresentado é um documento longo que apresenta dois cenários: - O primeiro sobre a situação atual do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, do Centro Reabilitação Rovisco Pais: - O segundo, o que poderá vir a acontecer com as propostas que são feitas. Resumidamente, informou que constataram o seguinte: - Ao nível da gestão, só os CHUC é uma EPE e o Hospital de Cantanhede e o Rovisco Pais ainda estão no sistema SPA, não dando prejuízo e com resultados positivos, contrariamente ao que se passa com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra. Referiu ser evidente que, numa primeira análise, não é por aí que têm que decidir porque quando há um serviço público, como é o caso da saúde, o objetivo é um serviço de qualidade na área da saúde. Acrescentou que, depois ao analisarem todas as questões que já tinham sido enviadas, seja da parte da Câmara, seja da parte da Assembleia Municipal, genericamente, há muitas situações que vão ao encontro do que se pretendia. Contudo, depois da análise, foi verificado um dado, que não lhe pareceu absolutamente nada correto, pelo que a Câmara, por unanimidade, depois de analisar aquele estudo entendeu: - Manifestar o desagrado pela forma como o processo decorreu e pelo facto de o Município não ter sido envolvido naquele mesmo estudo; - Depois, uma questão que nunca foi clarificada,



porque não poderiam os dois Hospitais em Cantanhede ter uma gestão autónoma, transferindo e agilizando essa forma de gestão para um EPE, possibilidade que nunca foi colocada em cima da mesa? - Não aceitar que não seja garantida desde já um serviço de resposta para situações agudas não programadas e da reabertura da urgência num projeto que está a ser apresentado, dizendo que esse serviço poderá vir a ser criado ou estará condicionado aos poderes do Conselho de Administração dos CHUC., não se podendo aceitar uma proposta com uma hipótese, o que não considera correto num projeto ao nível nacional; - Relativamente à proposta de poder haver no Hospital em Cantanhede, um serviço de medicina interna para 7 camas, o que se propõe é que seja pelo menos de 20 camas, podendo também alavancar algum tipo de serviço que pode acompanhar aqueles tipos de doentes; - Relativamente ao Rovisco Pais, no projeto apresentado, os doentes do outro edifício transitaram para o edifício que acabou de ser restaurado, para que o primeiro fosse requalificado, depois lá para 2026, seriam acrescentados mais umas dezenas de doentes, tudo sem dizer como serão feitas essas obras, com que verbas? Sendo um bem para a saúde e para o concelho, seria importante saber de que forma é que a tutela pretende fazer aquela intervenção no Rovisco Pais, por forma a alargar os seus serviços à região e ao país, mas também em termos de aumento de médicos, de enfermagem, de técnicos, de funcionários, de forma geral, o que também não é dito. Finalizou a sua intervenção afirmando que, uma coisa é analisar o documento ao nível da gestão e ao nível dos serviços que são oferecidos, o que esta integração poderia vir a trazer, outra coisa são os dois primeiros pontos que também deviam ser clarificados: Porque é que antes de se falar da integração, não se fala da gestão como está, mas alterando o conceito em termos de SPA e EPE e depois haver algum cuidado mais uma vez na forma como o Município não foi ouvido em todo o processo.

Referiu ainda que a posição da Câmara foi enviada ao Presidente do SNS, aos três Hospitais e ao Ministério da Saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual, desculpando-se por ter de sair da sessão, informou que a bancada do PS está solidária com as tomadas de posição que o Executivo tem feito. Recordou ainda que, a nível concelhio, o PS também tem tomado as suas posições, continuando a defender uma resposta não programada à doença aguda em Cantanhede, porque efetivamente é essa a necessidade do concelho e dos concelhos limítrofes, nomeadamente Mira e Montemor-o-Velho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual informou que a bancada do PSD tem uma proposta e várias questões, pois sendo a Assembleia um órgão do Município, entende que a Assembleia Municipal também se deve pronunciar. De seguida proceder à leitura da referida proposta, do seguinte teor: *“A Assembleia Municipal de Cantanhede, enquanto órgão deliberativo do Município de Cantanhede, relativamente ao pedido de pronúncia da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde sobre o Estudo de Viabilidade da integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo (HAJC) e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais (CMRRC-RP) no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC), delibera reiterar os argumentos já aprovados por unanimidade na reunião de Câmara. Assim, a Assembleia Municipal de Cantanhede reitera que nenhuma das soluções apresentadas responde às necessidades mais prementes e delibera ainda: 1. Manifestar profundo desagrado pela forma como o processo foi desenvolvido e pelo facto de o Município de Cantanhede não ter sido envolvido e auscultado em devido tempo, tendo ficado assim comprometida a sua participação num processo em que o próprio Diretor Executivo do Serviço Nacional de*

Saúde considerou fundamental, porquanto a autarquia apenas foi auscultada por insistência da Presidente da Câmara Municipal e já numa fase muito tardia. 2. Considerar incompreensível que, tendo em conta os indicadores apresentados nos dois cenários e em nome da eficácia de gestão, não tenha sido considerado um novo cenário que equacionasse a possibilidade de o HAJC e do CMRRC-RP serem transformados em EPE's, com a necessária autonomia administrativa e financeira, até porque a sua gestão tem apresentado resultados positivos. 3. Não aceitar que não seja garantida, desde já, um serviço no HAJC de resposta para situações agudas não programadas e a reabertura das urgências/consulta aberta, conforme compromisso assumido no protocolo celebrado em 2007 entre o Município de Cantanhede e o Ministério da Saúde, rejeitando também que a existência de tal serviço esteja condicionada aos poderes do Conselho de Administração do CHUC, no âmbito da autonomia de gestão, conforme é preconizado na nota constante da pág. 56 do Estudo. 4. Solicitar a alteração do número de camas a reativar no Internamento de Medicina Interna, de 7 para, no mínimo, de 20 camas, considerando as indicações transmitidas pelo CA do HAJC, bem como o reforço da cirurgia de ambulatório nas diferentes especialidades, da atividade da Consulta Externa, MCDT's e Hospital de Dia. 5. Solicitar a revitalização do CMRRC-RP e reforço da sua posição enquanto unidade de referência nacional na área da medicina física e de reabilitação, potenciando o seu crescimento e dinamização da sua atividade. 6. Considerar necessário e urgente um conjunto de investimentos para a revitalização da atividade assistencial e requalificação dos edifícios do HAJC e do CMRRC-RP, sendo que, nesta altura, a sua concretização não está dependente do Orçamento Geral do Estado, mas de programas comunitários cuja concretização pode não acontecer." Colocou ainda as seguintes questões: "1. Apesar das sucessivas manifestações de

desagrado por parte de diversos órgãos e entidades ligados ao poder autárquico (Câmara, Assembleia Municipal, CIM-RC, partidos, etc.), constata-se que se optou por uma metodologia que não envolveu nem auscultou o Município de Cantanhede durante praticamente todo o processo, o que só veio a acontecer numa fase muito tardia e devido aos insistentes pedidos da Sr.ª Presidente da Câmara. A participação das autarquias locais é fundamental e a Lei de Bases da Saúde diz mesmo, e passo a citar, que “a intervenção das autarquias locais manifesta-se, designadamente, (...) no planeamento da rede de estabelecimentos prestadores”, mas o que se constata é que o Município de Cantanhede apenas está a ser envolvido numa fase de operacionalização e não no planeamento propriamente dito. Pergunta-se: Porque foram os órgãos autárquicos legitimamente eleitos para representar as populações remetidos a um papel marginal e quais as razões do secretismo a envolver o planeamento deste processo? 2. Em dezembro de 2022, o Dr. Fernando Araújo anunciou que a Direção Executiva do Sistema Nacional de Saúde (DE-SNS) “iniciou o Plano de Negócios para integrar no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) o Hospital Arcebispo João Crisóstomo (HAJC) e o Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais (CMRRC-RP), visando aumentar o acesso e eficiência”. O estudo agora apresentado refere que a oportunidade de integração surgiu no processo da coordenação operacional das respostas assistenciais do SNS, mas decorre do mesmo estudo que a viabilidade da integração ainda está em análise e que só agora estão a ser identificados os principais custos e benefícios operacionais e económicos, dos quais persistem aliás genuínas e fundamentadas dúvidas. Por outro lado, não pode deixar de se destacar que perante situações idênticas – os 3 hospitais existentes do Setor Público Administrativo, é proposta uma solução para os hospitais de Cantanhede (integração no hospital central

de referência mais próximo) e outra solução distinta para o Hospital de Ovar (criação e integração numa ULS – Unidade Local de Saúde). Pergunta-se: Se apenas agora se estudou a viabilidade e se até há soluções distintas para situações idênticas, de onde surgiu então a dita oportunidade e porque se afirmou que ia melhorar o acesso e a eficiência, quando tal não resulta sequer claro do estudo apresentado!? 3. O ofício para a Câmara refere mesmo que se torna “fundamental promover a integração (...) na esteira da opção legislativa e orçamental efetuadas” e que “a empresarialização de todas as unidades hospitalares constitui um objetivo da DE-SNS”. Até a empresarialização é discutível e deveria ser comparada com outras opções, mas o que mais nos preocupa é que por detrás do vago conceito de “opção legislativa e orçamental”, foi previamente decidido este modelo de integração, sem qualquer fundamento e sem comparações com outros modelos de empresarialização, como por exemplo a integração no Hospital Distrital da Figueira da Foz, a criação de uma EPE que integrasse os dois hospitais de Cantanhede, a passagem do HAJC e do CMRRC-RV a EPE com manutenção da autonomia administrativa e financeira de cada um deles ou até mesmo a opção tomada em Ovar de criação/integração numa Unidade Local de Saúde. Como muito bem destacou o Enf.º Maia Gomes, o PS de Cantanhede assumiu na última reunião desta Assembleia Municipal que a integração era um facto, enquanto o PSD sempre disse que nunca seria contra qualquer modelo, mas que também não aceitaria a integração como uma inevitabilidade, a não ser que nos justificassem e fundamentassem previamente as opções tomadas. Perguntas-se: São-nos apresentados dois cenários que passam ambos a integração nos CHUC, mas quais os fundamentos que desconhecemos e que levaram a definir que ia haver integração? Quais as razões que desconhecemos e que levaram a definir que essa integração passaria pelos CHUC? Quais os motivos que desconhecemos e que

justificam a tal opção legislativa e orçamental deste governo socialista? 4. Por outro lado, o PS Cantanhede continua a referir-se a trabalhos de 2017 e 2020 da ARS que não são do conhecimento dos órgãos autárquicos e que desconhecemos onde possam ser consultados publicamente. Curiosamente, esses trabalhos são invocados localmente pelo partido, mas nem sequer referidos no presente Estudo, continuando a desconhecer-se esses trabalhos, o seu impacto ou como chegaram ao conhecimento do PS local. Também nos dizia o PS de Cantanhede, através do deputado Abel e da deputada Áurea, ainda antes deste Estudo ter sido apresentado, coisas tais como “temos de acreditar e confiar”; “que a integração era um facto consumado e que apenas restava discutir as suas condições”; “que as soluções que estavam a ser encontradas eram muito positivas para o Concelho de Cantanhede” e “que podiam garantir que as mudanças são para melhor e que não há perdas, apenas uma mudança para uma melhoria efetiva da saúde”. Isso é uma visão baseada em hipóteses, intenções e “ses”. Pelo contrário, em Cantanhede, o que sabemos pela experiência adquirida, é que o Estado não honrou os compromissos que havia assumido com o Município na forma de um protocolo, o que sabemos é que as boas intenções deram lugar a sucessivos incumprimentos unilaterais, o que sabemos é que a integração dos Covões nos CHUC falhou em múltiplos aspetos, o que sabemos é que os CHUC são uma mega-estrutura de difícil gestão e o que sabemos é que os cuidados de saúde no concelho estão hoje menos próximos, de acesso mais difícil aos cidadãos, mais caros aos utentes e com uma menor disponibilização de meios e serviços. Pergunta-se: Perante o historial de incumprimentos, como podemos confiar naqueles que têm sido os coveiros da saúde em Cantanhede? Como podemos acreditar naqueles que manifestamente ocultam dados ou os partilham apenas com quem interessa? Como podemos almejar a algo concreto, quando muito do que é

prometido resulta de intenções, de investimentos “a definir” e de candidaturas que não sabemos se serão aprovadas? 5. Por estranho que pareça, num estudo com 86 páginas, a principal marca do Estudo parece resultar de uma omissão. Numa das notas do cenário 2 (pág. 56), diz-se que “embora não se tenham estimado os impactos decorrentes desta medida, considera-se que deve ser ponderada, em sede de autonomia de gestão e mantendo a lógica de prestação de cuidados de saúde de proximidade do HAJC, uma resposta a situações de agudização de doença crónica e situações clínicas agudas não urgentes, no sentido de racionalizar a utilização da urgência polivalente do CHUC”. Sabe-se que independentemente do nome (seja urgência básica, consulta aberta ou consulta não programada de atendimento de agudos), a principal reivindicação de Cantanhede, seja através dos órgãos autárquicos, dos partidos neles representados ou dos movimentos de cidadãos, passa pela efetiva implementação deste serviço assistencial. Nesse contexto, estamos perante um Estudo que supostamente avalia os impactos (custos e benefícios) operacionais e económicos decorrentes da integração. Um Estudo que até assume que a principal reivindicação de Cantanhede é uma medida que aumenta a racionalização e a proximidade. Mas perante a maior reivindicação das pessoas, uma reivindicação que assume ter impactos positivos, uma reivindicação que poderia melhorar efetivamente a saúde em Cantanhede, constata-se que a opção de quem fez o Estudo passou por não estimar os impactos dessa medida, nem avaliar a sua implementação, remetendo o assunto para uma nota marginal e atirando uma decisão sobre essa matéria para um cenário eventual, que apenas terá lugar no futuro e subordinada às opções de gestão da administração do CHUC. Pergunta-se: Com que seriedade podemos encarar um Estudo que pretende ser abrangente, mas que perante o aspeto mais importante dos que têm sido discutidos, do qual se elogiam os

efeitos positivos, opta por nem sequer avaliar a sua implementação e respetivos impactos? 6. Se o cenário 1 não parece apresentar qualquer vantagem digna de registo, o mesmo não se pode dizer do cenário 2 (fusão com potenciação das sinergias e complementaridade), do qual resultam vários benefícios, nomeadamente a descentralização de cuidados prestados em ambulatório e em maior proximidade, o que depois se reflete de maneira muito significativa no que respeita aos custos de deslocação e de absentismo para os utentes, nos custos de deslocação para o SNS e, ainda, na sustentabilidade ambiental pela redução da emissão de CO2. Não querendo menosprezar os resultados agora apresentados no Estudo, as diferenças entre os dois cenários são tão significativas que chegam a causar alguma estranheza e merecem algumas reflexões. A primeira nota decorre de alguns dos argumentos que agora são usados para defender um cenário de alargamento de serviços, serem precisamente os mesmos argumentos que foram usados por protagonistas do mesmo partido para encerrar esses serviços, nomeadamente aludindo a critérios de eficiência e gestão de recursos. A segunda nota, por cruzamento com alguns aspetos já enunciados, decorre da existência de uma multiplicidade de cenários e variantes que não foram explorados, o que perpassa a imagem de um Estudo “encomendado” e direcionado no sentido de se optar por um determinado cenário, não porque ele seja bom, mas porque é o menos mau. Pergunta-se: Se governos socialistas, em diferentes momentos, usam os mesmos argumentos para defender uma coisa e o seu exato contrário, em que devemos acreditar, tanto mais que há vários cenários por explorar? 7. Mesmo em termos de sustentabilidade financeira, há dados que nos parecem francamente duvidosos ou questionáveis, nomeadamente no que se refere a gastos com pessoal e nos gastos com consumos e matérias (CMVMC), precisamente os que mais impactam do lado dos custos. Por um lado, sabendo-se

que estamos perante um Sistema Nacional de Saúde em que os meios humanos estão espremidos até à exaustão, estranha-se que no cenário 1 se pretenda reduzir o número de recursos humanos, mas simultaneamente se pretenda aumentar o número consultas, aumentar os atendimentos de urgências e aumentar as sessões de hospital de dia. Por outro lado, o cenário 2 prevê um ligeiro aumento do número de Recursos Humanos (RH), mas no horizonte de 5 anos, apenas se prevê um aumento de cerca de 5% da respetiva despesa, que nos parece francamente irrealista. Só o aumento do número de RH's justificava um aumento superior a 1%, mas sabemos também que há uma profunda insatisfação dos médicos e enfermeiros (salários, tempos de descanso e organização dos serviços), que estamos a atravessar um período de elevada inflação e que no mesmo horizonte de 5 anos se antevê que o salário mínimo possa ter um acréscimo de 15 a 20%, razões que concorrem para tornar a previsão francamente irrealista. Também as prestações de serviços sobem de uma forma sustentada, mas o valor do CMVMC praticamente estagna entre 2025 e 2027, não refletindo sequer a inflação prevista para esses anos. Note-se que todos estes dados são do próprio Estudo, do INE ou do Governo e estão hoje disponíveis, não tendo sido devidamente considerados. Com isso, contata-se que são suficientes por si só (e até podíamos explorar outras rubricas), para inverter as alegadas vantagens económicas da integração e o que é apresentado como uma boa operação financeira, afinal até pode dar prejuízo. Pergunta-se: Como podemos confiar num Estudo em que parte de pressupostos que não batem certo com os dados hoje disponíveis, ao ponto de isso poder colocar em causa todo o cenário económico traçado? 8. Para além da execução do investimento previsto e da contratação dos recursos humanos para assegurar o alargamento da capacidade instalada no HAJC e no CMRRC-RP (isto no cenário 2), os ganhos resultam muito da eliminação de redundâncias, simplificação de estruturas

administrativas e centralização de funções logísticas com ganhos de escala. Sendo o papel dos trabalhadores de fundamental importância nestas unidades, sendo muitos deles do concelho e devendo os seus direitos ser acutelados, há questões que têm de ser levantadas. Percebe-se que as intenções nesse cenário passam necessariamente por uma centralização de determinadas tarefas, mas nada é dito no Estudo sobre a eventual deslocação de profissionais do HAJC e do CMRRP para Coimbra, nem sobre o eventual custo dessas deslocações (o que também é válido relativamente às deslocações de profissionais dos CHUC para Cantanhede). Pergunta-se: Se há, quantos e quais serão os trabalhadores do HAJC e do CMRRP, que terão de ser deslocados para Coimbra face à centralização prevista? E se os custos das transferências e deslocações são materialmente relevantes e estão devidamente acutelados ou calculados? 9. Quanto ao HAJC, registamos como positivo várias propostas que constam do cenário 2, nomeadamente que haja uma proposta de reativação de camas de Internamento de Medicina Interna em 7 camas, mas registamos como negativo que o próprio Conselho de Administração (CA) do HAJC considera que o incremento deve ser pelo menos de 20 camas. Também registamos como positivo o reforço previsto no cenário 2 para a cirurgia de ambulatório nas diferentes especialidades, da atividade da Consulta Externa, MCDT's e Hospital de Dia. Todavia, registamos como negativo que do Estudo constem várias tabelas e parágrafos relativos à eventual transferência de RH's do CHUC para as unidades hospitalares de Cantanhede a fim de assegurar essas áreas, mas tal como acontece com a Consulta Aberta, numa nota marginal diz-se que tal apenas vai acontecer se houver recursos disponíveis nos CHUC. Ora, face ao que se passa com a escassez de meios humanos no setor da saúde e ao que possam ser os entendimentos da administração, tal pode, em última instância, implicar que não há transferência

nenhuma de recursos. Pergunta-se: Que garantias temos nós de uma real transferência de RH's e de funcionamento das valências, quando se sabe que esses recursos também escasseiam do lado dos CHUC? 10. Quanto ao CMRRC-RP, parece-nos que a complementaridade de cuidados poderá ser potenciada com esta fusão e o alargamento da capacidade internamento. É verdade que em particular o cenário 2 prevê um reforço da capacidade de internamento e aumento da capacidade na área da Medicina Física e de Reabilitação e que em maior ou menor escala, se prevê a realização de obras. Todavia, não podemos deixar de chamar a atenção que muitas das referidas obras resultam de programas ainda sem definição ou de candidaturas a fundos comunitários, que podem não vir a ser aprovadas, o que aliás também se verifica em relação a algumas obras do HAJC. Para nós, é imprescindível que esta unidade mantenha o seu estatuto enquanto unidade de referência nacional na área da medicina física e de reabilitação, de maneira a potenciar o seu crescimento e dinamização da sua atividade, mas temos algumas reservas sobre a realização destas obras, em resultado do subfinanciamento crónico do SNS, dos sucessivos adiamentos destas e outras obras e reparações, do perpetuar de constrangimentos diversos e de insuficientes respostas às populações. Pergunta-se: Quais são então as reais garantias da efetiva execução destas obras e de que o funcionamento das instituições hospitalares não ficará uma vez mais comprometido por questões estruturais? 11. Por último e em jeito de conclusão, a integração tem sido apresentada como uma maneira de resolver sobretudo os problemas e limitações dos HAJC e do CMRRC-RP. O que se verifica neste Estudo é que ambas as unidades localizadas no concelho de Cantanhede apresentam resultados líquidos positivos, ao contrário do que atualmente acontece nos CHUC. Razões para isto decerto há muitas, mas resulta evidente que não nos pretendem resolver nenhum problema financeiro. Com uma

gestão mais concentrada, mais distante e com resultados financeiramente menos positivos, também nos parece que não irão resolver boa parte dos problemas de gestão. Do que já atrás foi dito e pese embora a possibilidade da introdução de algumas eventuais melhorias, as propostas estão longe de ir de encontro às legítimas expectativas de Cantanhede e dos seus cidadãos no que concerne à prestação de cuidados de saúde. Perante as fragilidades do funcionamento dos serviços de Saúde, perante a falta crónica de médicos de família e de outros profissionais especializados, perante serviços que continuam a funcionar de forma intermitente e/ou deficitária, a resposta que temos é um Estudo que nos dá duas soluções: uma má e outra péssima. Nos termos em que é apresentado (chega a ter erros grosseiros na soma de valores de algumas tabelas, como por exemplo na soma de custos da pág. 49), reitera-se que parece ter sido encomendado para nos levar a escolher a solução menos prejudicial. Os problemas mais prementes não são resolvidos, a proximidade só é parcialmente atingida, as desigualdades no acesso à saúde continuam a agravar-se, há pressupostos que estão errados e parece-nos que estará principalmente em causa uma visão economicista, apenas destinada a estancar os maus resultados dos CHUC. Pergunta-se: Afinal a integração preconizada neste Estudo destina-se a resolver os problemas de quem, sendo certo que os problemas de Cantanhede e das suas gentes não é certamente!?”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual informou que houve uma reunião na concelhia do Partido Chega onde o assunto foi apresentado numa Comissão Consultiva Distrital, tendo sido elaborado um documento que foi feito chegar ao Sr. Pedro Frazão, deputado do Partido Chega na Assembleia da República, que tem área da saúde. Acrescentou que parte do assunto já foi colocado à discussão na Assembleia da República, esperando que lá volte num



prazo relativamente oportuno e ser discutido pelos Deputados do Chega na Assembleia. Manifestou de seguida que, a postura do seu Partido vai de encontro ao que o Município defende na íntegra, estando solidário com todas as iniciativas que o Executivo camarário tomar.-----

----- Reforçando que há uma proposta da bancada do Partido Social Democrata, que vai ser submetida à Assembleia Municipal e votada, O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que o assunto deve ser debatido e que, apesar de perceber as preocupações do PSD, que são de todos, algumas questões devem ser esmiuçadas, pelo que a sua bancada pretende ver com pormenor a proposta que a bancada do PSD está a apresentar, para que possam refletir sobre o mesmo. Referindo ainda que consideram que nem tudo o que lá vem é mau, afirmou não poderem tomar uma posição de ânimo leve, apesar de estarem totalmente solidários com a posição da Câmara, conforme já foi referido pela Sr.ª Ária Andrade.-----

----- Interveio de novo o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltando a referir que há uma proposta do PSD em cima da mesa, podendo, eventualmente, a Assembleia Municipal fazer uma pronúncia. Acrescentou que, se for esse o entendimento, podem discutir aquela proposta pelo tempo que for necessário, no entanto, perante a discórdia de alguns Membros, solicitou ao Sr. Abel Carapêto e ao Sr. Carlos Fernandes que se ausentassem para colmatarem as dúvidas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, solicitando que o Sr. Abel Carapêto e o Sr. Carlos Fernandes não se ausentassem de imediato, passou a transmitir o teor do ofício que foi enviado pelo SNS à Assembleia da República, perante uma questão que foi colocada pela bancada do PSD, do seguinte teor: *“Relativamente ao assunto*

referenciado em epígrafe” e o assunto é “Marginalização do Município de Cantanhede no processo de reestruturação do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina Física e Reabilitação da Região Centro”, e, portanto, a resposta é, “relativamente a este assunto, e depois de ouvida a Administração Regional de Saúde do Centro e a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, encarrega-me o Senhor Ministro da Saúde de informar que o Município de Cantanhede tem sido envolvido no processo de reestruturação do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina Física e de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais, como de resto, aliás, tem acontecido com todos os Municípios onde estão em curso reestruturações na área da saúde. Aliás, no dia 31 de janeiro do corrente ano, na sede do SNS, decorreu uma reunião entre esta Direção e o Município de Cantanhede. As três entidades, Câmara Municipal de Cantanhede, Hospital Arcebispo João Crisóstomo e Centro de Medicina Física e de Reabilitação da Região Centro, realizaram um estudo técnico com envolvimento do SNS e da ARSC, tendo a sua versão final produzida pelo Grupo de Trabalho sido entregue ao Ministério da Saúde no dia 28 de fevereiro, estando neste momento em análise. O principal objetivo do documento foi garantir a melhor prestação de cuidados à população, potenciando ganhos em todos os níveis. A centralidade nos cidadãos é sempre o objetivo primordial de qualquer instituição de saúde. Neste caso, o estudo do Grupo de Trabalho conclui que a integração melhora a prestação de cuidados em relação à realidade hoje existente. O mapa de investimentos no Rovisco Pais contempla todo o plano já delineado anteriormente, bem como uma aposta na requalificação e abertura de mais camas no futuro. A missão deste Centro de Reabilitação nunca foi posta em causa e está em linha com um estudo do Serviço Nacional de Saúde a que se refere esta área de prestação de cuidados médicos.” Considerou, de seguida, inadmissível

aquele texto ter vindo do Chefe de Gabinete do Ministro da Saúde, dizendo que o Município esteve presente com os hospitais e que fez o trabalho. Referiu continuar a debater-se com este tipo de afirmações, que são falsas, aliás, conforme todos os presentes sabem, poi nem fez parte da reunião, nem de nenhum Grupo de Trabalho.-

----- Retomando os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual informou ter esclarecido o Sr. Abel Carapêto de que, a sua proposta tinha como primeira parte o parágrafo introdutório e o texto que foi aprovado pela Câmara, e como segunda parte, um conjunto de questões que enunciou, mas que não fazem parte da proposta.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde / Estudo de viabilidade na integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina e Reabilitação Rovisco Pais no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra / Pronúncia do Município de Cantanhede”**, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada, enquanto pronúncia da Assembleia Municipal, a enviar à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde.-----

----- Referindo que o **Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Diamantino dos Santos Miguéis”**, o **Ponto 5 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Rui Mendes Crisóstomo”** e o **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Jorge Manuel Catarino dos Santos”** são propostas de atribuição da medalha da cidade, Grau Ouro a três ex-Presidentes da Câmara, deixou à consideração da Senhora Presidente da Câmara, Helena Teodósio,

falar sobre as três propostas, sendo de seguida, os três pontos, votados individualmente.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, supondo que todos os presentes tiveram acesso às propostas que sustentaram as deliberações camarárias e as leram, informou que os dados biográficos do Dr. Rui Crisóstomo e do Dr. Jorge Catarino, foram transmitidos pelos próprios e que, relativamente ao Dr. Diamantino Miguéis, foram trocadas impressões com a família, que neste momento está a passar uma fase mais delicada, uma vez que a própria esposa do Dr. Diamantino Migueis também faleceu há pouco tempo, e outros dados foram obtidos pelos serviços do Município, e junto da Santa Casa da Misericórdia, porque, como todos sabem, foi Provedor da Santa Casa. Recordou que, ao longo dos anos, foram atribuídas medalhas de ouro a todos os anteriores presidentes, ao longo de vários executivos, bem como a Presidentes da República, ao Presidente da União Europeia, ao escritor Carlos de Oliveira a título póstumo, etc... sendo intenção no corrente ano, começar as comemorações do cinquentenário do 25 de Abril, validando o trabalho de três autarcas, de cor partidárias diferentes, que dedicaram muito do seu tempo ao território, uns com mais tempo de exercício, outros com menos, uns que tiveram mais tempo como Vice-Presidentes, como no caso do Dr. Diamantino Migueis, com muito menos tempo em termos de Presidente, outros só como Presidentes ou depois com desempenhos noutras funções, mas que foram pessoas que se dedicaram com o melhor que sabiam, em prol do concelho de Cantanhede. De seguida, referindo ter apanhado uma intervenção a meio, sobre calçada, aquando da sua chegada, aproveitou para informar ter um especial gosto pela questão da calçada, mas por vezes deve se tentar perceber porque é que algum tipo de intervenções é feito e tentar saber se naquele local o ideal é pôr calçada ou outro material. Referiu que, o Sr.

Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano tem um Largo com determinado tipo de material que, neste momento, tem causado acidentes, e vai ter de ser arrancado uma parte, porque, ou tem algo bonito com basalto, granito, seja o que for, ou tem a segurança viária, porque o material ficou polido e terá de ser substituído. Referiu ainda o local por detrás da Câmara onde as lajetas que fazem a separação da calçadinha, estão constantemente a ser partidas, não por ser mal aplicada, mas porque não deveriam lá passar nem camiões, nem autocarros, mas passam, sendo o ideal arrancar tudo aquilo e fazer um suporte por baixo para dar outro tipo de segurança. Referiu ainda que, junto ao futuro Museu do Colecionismo, intencionalmente foi alargada toda a zona com calçadinha, porque vai ser um centro importante e essa parte tinha que ser em calçada. Relativamente à obra que foi referida informou que houve necessidade de fazer uma candidatura, *in extremis*, no Portugal 2020, e havia um projeto feito pela Divisão de Estudos e Projetos, com a intenção de, por um lado corrigir o que tinha de ser corrigido, nomeadamente, problemas graves de escoamento de águas pluviais, que ficaram minimizadas, e, complementarmente, substituir os coletores das águas pluviais para diâmetros maiores, e a questão dos negativos para as operadoras telefónicas e a parte das redes de iluminação pública. Acrescentou que, ao retirar a calçada para fazer aqueles trabalhos, face ao projeto de área ciclável e pedonal na cidade, que tinha de continuar, não podia ser uma zona de calçadinha. Informou ainda que aquela zona não vai ficar preta, será colorida, sendo que toda a parte, de um lado e de outro daquela estrada, vai ter zona verde de um lado e do outro, para que as pessoas não circulem junto à estrada. Referiu ainda que todo o sistema de rega do lado do Tribunal, foi completamente substituído e otimizado que, junto à Loja do Cidadão e à Caixa de Crédito, vai haver uma rotunda com um monumento que já existe que, relativamente às árvores existentes, duas estão

doentes e vão ser cortadas, duas vão ser transplantadas e outra vai ser cortada, mas vão ser plantadas 95 e ainda que existirá também equipamentos de mobiliário urbano para que as pessoas possam entrar na cidade e ter prazer em ver um espaço verde, ma parte ciclável e zonas onde possam ficar sentadas a conversar. Referiu ainda que a questão do conceito do material nobre, é evidente que existe e considera que faz todo o sentido, mas por exemplo no Largo em frente à Câmara, o fosso que está lá ao fundo não resultou nada daquilo que se pretendia, tendo havido já várias solicitações para terminar com o mesmo. Acrescentou que, quando se pensar em fazer correção, é evidente que falará com o Dr. Rui Crisóstomo e com o Técnico que fez o projeto, porque são coisas que têm de ser também validadas por quem as pensou. Informou ainda que a obra deverá estar pronta por volta da terceira semana de junho, sendo que o piso betuminoso vai ser pintado para dar a continuidade à ciclovia partilhada, melhorando as condições dos peões e dos ciclistas, com passadeiras que ajudam na passagem de pessoas invisuais. Relativamente à homenagem que se pretende dar aos três Presidentes de Câmara, referiu que o objetivo, é de poder, não só salientar o trabalho que levaram a cabo nos seus mandatos, mas também dar um sinal de que, uma das grandes vitórias de abril, além da liberdade, do acesso à educação e de tudo isso, foi o Poder Local, não havendo nada melhor do que começar as comemorações dos 50 anos, homenageando três autarcas que desempenharam as suas funções no concelho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu que os materiais de calçada e de pedra polida, dão origem a quedas brutais, tal como aconteceu com os cavalos da GNR em frente à Igreja Santa Cruz, em Coimbra ou em Alcobaça, o ano passado, num encontro de motas onde caíram três motociclistas porque fizeram a vala de escoamento com pedra, que é bonita mas



que tem alguns inconvenientes, podendo até causar quedas em dias de chuva a quem caminhar normalmente. -----

----- Colocou, de seguida, a votação o **Ponto 4 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Diamantino dos Santos Miguéis”**, tendo o mesmo, decorrido o escrutínio secreto, sido aprovado por unanimidade.-----

----- Colocou, de seguida, a votação o **Ponto 5 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Rui Mendes Crisóstomo”**, tendo o mesmo, decorrido o escrutínio secreto, sido aprovado por maioria, com 33 votos a favor e 1 voto contra.-----

----- E ainda, colocou a votação o **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição da Medalha da Cidade, Grau Ouro, ao Dr. Jorge Manuel Catarino dos Santos”**, tendo o mesmo, decorrido o escrutínio secreto, sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 7 - “Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Desporto / Ao abrigo das al.s d) e e) do art.º 5.º do Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto (1 representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia e 1 representante da Assembleia Municipal)”**.-----

----- Solicitadas propostas para Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de Desporto, ao abrigo das al.s d) e e) do art.º 5.º do Regulamento para o Conselho Municipal de Desporto, nomeadamente, 1 representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia e 1 representante da Assembleia Municipal, a bancada do PSD propôs para representante das Juntas de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, o Sr. José Manuel

Gomes Cruz e para representante da Assembleia Municipal o Sr. Arménio José Simões Baptista Alves, cada um identificado como lista A e a bancada do PS propôs para representante das Juntas de Freguesia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vitor Manuel Bispo Folgado e para representante da Assembleia Municipal o Sr. José Júlio de Brito Marques Almeida Malta, cada um identificado como lista B.-----

----- Efetuada a votação para o representante das Juntas de Freguesia, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: -----

----- Lista A:-----

----- 24 Votos a favor. -----

----- Lista B:-----

----- 9 votos a favor.-----

----- Foi assim eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Gomes Cruz para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- Efetuada a votação para o representante da Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado:-----

----- Lista A:-----

----- 24 Votos a favor. -----

----- Lista B:-----

----- 9 votos a favor.-----

----- Foi assim eleito o Sr. Arménio José Simões Baptista Alves, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 - “Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2022”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que iria em primeiro lugar apresentar as contas do Município e de seguida, um filme representativo das atividades dos Serviços. De seguida agradeceu, na pessoa do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Sr. José Negrão, a todos os Serviços da área financeira pela forma como trabalharam exaustivamente na elaboração dos documentos agora apresentados, sempre com a preocupação de que as metas legais não são ultrapassadas e com o cumprimento da Lei como uma das situações prioritárias. Referiu ainda que aquele documento extravasa em tudo o que é apresentado, porque sendo um trabalho de todo o Município, implica a ligação com as Juntas de Freguesia e com a vida Associativa. Referiu também que se teve que evidenciar o contexto dos últimos anos, sem recuar aos incêndios ou ao LESLIE, mas recordar o Covid e sobretudo nas implicações da guerra e da inflação. Acrescentou ter havido necessidade de fazer alguns acertos ao nível orçamental, porque há sempre a preocupação de que, se as metas não são cumpridas, no ano seguinte, o Município de Cantanhede ficaria lesado em termos de transferências do Estado, sendo um trabalho constante e de preocupação feito pelos próprios Serviços, aos quais deixou uma palavra de agradecimento. Começou então a apresentação dos documentos em causa, com o auxílio de uma projeção dando as seguintes explicações: - Relativamente ao enquadramento legal, referiu que a primeira fase da apresentação deste documento é ser apresentado ao órgão executivo, para na segunda fase ser apreciado pela Assembleia Municipal. Referiu que todas as normas que estão no documento, são normas da contabilidade pública, controladas pela DGAL e pelo Tribunal de Contas; - Relativamente ao Balanço ou à demonstração de resultados ou à todas as demonstrações de alteração do património líquido, informou que serão

colocados alguns *slides* para ilustrar aqueles mesmos documentos; - Informou que foram feitas 29 alterações e 5 revisões ao orçamento, sendo as revisões aquelas em que há necessidade, por exemplo, de criar uma rubrica nova ou fazer uma alteração por algo que surgiu. Esclareceu que no ano de 2022, houve duas situações que provocaram aquelas alterações: - Foi feito um investimento bastante grande, numa primeira fase, em termos de aquisição de terrenos para as Zonas Industriais, porque havia pessoas interessadas para aqueles mesmos terrenos, contudo, em termos do *timing*, só agora se estão a fazer as escrituras obtendo a receita daquela mesma despesa. Acrescentou que existiam terrenos que estavam reservados para algum tipo de empresários que pretendiam vir para Cantanhede, mas como não cumpriram os prazos que pretendiam, foi comunicado a essas mesmas empresas que, não avançando podiam ser dispensadas porque existia uma lista de espera de empresas com menor dimensão interessadas. Relativamente ao documento informou ainda que;

- houve aumento da receita corrente, porque foram recebidas do Estado o resto das participações;
- Ao nível da receita cobrada, a corrente foi de 26.000.000,00€, a receita de capital foi de 6.000.000,00€ e outras receitas de 2.400.000,00€;
- Apresentou um gráfico e analisou a forma como nos últimos 3 anos a receita tem evoluído, como uma ligeira descida em 2020 e uma subida ligeira em 2022;
- Que foram recebidos ao nível dos impostos diretos, do IMI, 5.676.000,00€, com uma taxa 0,38€, do IMT, quase 2.000.000,00€ e do IUC, 1.041.000,00€; A receita dos Parques Eólicos da Praia, no valor de 210.000,00€;
- Os FEF correntes, no valor de 7.884,00€, o Fundo Social no valor de 670.000,00€ e ainda um valor de mais de 1.000.000,00€ no Fundo de Apoio Municipal;
- As transferências, por exemplo da transferência das competências na área da educação no valor de 2.343.000,00€;
- Participações de candidaturas, quase no valor de 2.500.000,00€, que se espera vá aumentar;

Foram utilizados, a nível dos empréstimos, quase 1.000.000,00€ para a rede viária, fora o que foi feito pelos meios próprios. Concluiu que, ao nível da receita, existe uma variação positiva na receita corrente de quase 5.000.000,00€ e um decréscimo nas despesas de capital. Relativamente à despesa, referiu que: - A taxa de execução global da despesa apresentou um grau de execução de 87,17%, tendo-se cumprido as metas que definidas por Lei; - Relativamente às despesas com Pessoal, houve um aumento de mais de 2.000.000,00€, o que aconteceu também na aquisição de bens e serviços; - Relativamente às transferências para as Freguesias, para as Associações e para a INOVA, foram valores substanciais, quase de 3.000.000,00€. Deu alguns exemplos de investimentos efetuados, nomeadamente: - No Parque Desportivo de Cantanhede, que se está a tentar concluir, foram gastos mais de 1.600.000,00€; - Na requalificação da rede viária do concelho, mais de 1.500.000,00€; - Na Escola Básica Marquês de Marialva, mais de 1.300.000,00€, que não são comparticipados; - Aquisições nas Zonas Industriais; - A requalificação de diversos edifícios escolares que não eram da competência do Município, seja os Jardins de Infância, sejam as EB1; - Na requalificação do Bairro Vicentino, apesar de ser comparticipado, houve uma componente Município, faltando fazer um acerto na requalificação viária, ainda não concluída, porque a INOVA anda lá a fazer obras, cabendo-lhe repor o pavimento; - Amortizações de leasings de Parques Desportivos; - A aquisição de equipamento básico e infraestruturas desportivas de lazer nas Freguesias; - Infraestruturas elétricas; - Passeios, apesar das Juntas de Freguesia também fazerem bastantes, grande parte das vezes com materiais da Câmara; - As águas pluviais do concelho; - Terrenos para fins urbanísticos. Referiu, de seguida que, a nível da dívida financeira que baixou: - A descida das verbas nos empréstimos e nos Leasings; - Ao nível das funções sociais, como seja educação, cultura, desporto e

solidariedade, o impacto no orçamento cada vez está a aumentar mais, ultrapassando 10.000.000,00€; - O saldo de gerência é de mais de 3.600.000,00€ indo transitar para o ano seguinte; - O prazo médio de pagamentos, é de 16 dias. Informou de seguida que, relativamente ao ativo não corrente, ao ativo corrente e ao património líquido, uma das coisas que os auditores têm referido ao longo dos anos é a necessidade que o Município tem de investir cada vez mais na atualização e na recuperação do seu património em termos contabilísticos, trabalho que tem sido feito pela Divisão Financeira, que não tem conseguido ainda obter os resultados ideais. Relativamente aos gastos, destacou a despesa com pessoal que continuam a aumentar e relativamente aos rendimentos totais destacou os impostos, as contribuições e as taxas que têm um destaque e ainda as transferências do Estado. Ao nível da demonstração de resultados referiu: - O aumento do resultado operacional, com uma variação positiva de relevo, assim como resultado antes de impostos, também com um valor importante; - O resultado líquido do exercício com um aumento relativamente ao ano anterior: - O património líquido apresenta essa variação de mais de 5.000.000,00€, sendo a proposta de aplicação do resultado líquido, por um lado para reforço da conta de reservas legais e o outro para reforçar a conta de reservas livres; - Ao nível dos limites de endividamento, a questão do endividamento do Município, mas também das entidades que fazem parte do Grupo Autárquico, com exceção da INOVA que não entra por ter resultados positivos; - O limite da dívida para o ano de 2022 muito aquém do que se poderia atingir, que seria 3.300.000,00€. Voltou a referir que, estas contas devem-se ao cuidado bastante grande com o controlo orçamental, que é filtrado constantemente ao longo dos meses para ver como vai evoluindo. Finalmente, informou que de seguida, passariam à apresentação do filme feito pelos Serviços, em baseado em elementos que as próprias Divisões forneceram.-----

----- Antes de entrar no período da discussão do presente assunto, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, no momento, encontra-se presente em Cantanhede, o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, tendo o mesmo sido convidado pela Sr.ª Presidente da Câmara, a visitar a Assembleia Municipal, pelo que, a todo o momento, será interrompida a sessão da Assembleia Municipal, para que, juntamente com a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o irem receber, cumprimentar e depois virem à sessão, onde poderão todos ouvir o que tenha para dizer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual colocou as seguintes questões: - Há aqui uma rubrica em que aparecem duas transferências, uma para trabalhadores bancários e outra para trabalhadores independentes, sendo uma de 32.000,00€ e a outra de 22.574,00€. Dizem respeito a quê? - Há uma quantia avultada de apólices de seguro no montante de 166.282,05€ e a sua redução em 7.823,00€ relativamente ao ano de 2021. Os seguros dizem, todos, respeito à frota automóvel? ou a trabalho e outros? A que se deve aquela redução significativa? As apólices são todas da mesma companhia? Qual a periodicidade com que o Município abre concurso de prospeção de preços junto das seguradoras mediadores? - Com a Delegação de Competências, o Município teve e tem necessidade de efetuar contratação pessoal para as várias áreas, facto constatado no Portal Base Gov.pt: -Qual o motivo de estar a fazer ajustes diretos para recrutamento de pessoal, sendo certo que é um mecanismo legal consignado na lei? Quais os critérios para o recrutamento, habilitações académicas, idade, cursos específicos e ou experiência profissional comprovada na área? Não seria mais aconselhável e transparente o recrutamento efetuado por procedimento concursal? - Relativamente à BIOCANT e à ABAP, recordando que o Sr. Presidente da Mesa já em duas ocasiões fez analogia para justificar os prejuízos daquelas duas associações

municipais com os transportes públicos que dão prejuízo, afirmou discordar em absoluto, porque os transportes públicos servem as populações enquanto aquelas duas associações apenas alimentam a enfatuação do Município, sendo que o dinheiro investido nelas anualmente serviria para obras e melhorias cujos beneficiários seriam os munícipes. Acrescentou que, o revisor oficial de contas refere que a ABAP é uma associação que não possuiu qualquer atividade, no entanto, no ano transato, foram nomeados um Diretor Executivo e dois Técnicos Superiores de Contabilidade, tendo um total de cinco funcionários, cujo montante em gastos com pessoal são 172.389,44€/ano. Referiu ainda que, no exercício de 2022 apresenta um saldo positivo graças às transferências de 15.000,00€ da Câmara Municipal de Cantanhede e 30.000,00€ da BIOCANT, pelo que o Revisor Oficial de Contas, referiu que, *“o Município de Cantanhede avalia estas entidades como sendo por si controladas, o que nos termos do normativo aplicável, determina cumulativamente poder exposição a benefícios, não obstante estas entidades necessitam de financiamento para manter o seu desempenho. Face ao exposto, consideramos insuficientes as divulgações e informação disponível, as quais não nos permitem concluir acerca de eventuais impactos materiais por via de perdas por imparidade ou de obrigações vinculativas não reconhecidas, que decorram destes investimentos nas contas do Município, as quais determinam assim uma incerteza material sobre a continuidade destas entidades e a conseqüente recuperação deste investimento pelo Município”*. Lembrou que, juntando as verbas que são transferidas para a ABAP e a BIOCANT, as duas somam mais de 400.000,00€, o que, multiplicado por 10 anos, espelha-se num montante superior a metade do orçamento que a Câmara gasta anualmente com pessoal, e, além daquelas transferências, há uma outra ao abrigo da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, no valor de 150.000,00€. Tendo em conta este cenário de prejuízo



económico, não seria de equacionar o encerramento daquelas associações municipais? Ou pelo menos da ABAP que nada produz? Relativamente à prestação de contas propriamente dita, elogiou o Município pela boa taxa de execução no valor de 87,17%, com base na despesa, porque a da receita é mais elevada, respeitando as boas práticas, e na ausência do facto de o Município conseguir realizar uma gestão com baixo nível de endividamento. Referiu ainda que poderia ir mais além em detrimento de um saldo de gerência tão elevado, dado que o mesmo apresenta mais de 500.000,00€ do que no ano transato.-----

-----Perante a chegada do Sr. Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau, Eng.º Nuno Gomes Nabiam, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, interrompeu a sessão dando-lhe as boas-vindas. Referiu ser uma honra poder recebê-lo no decurso da sessão da Assembleia Municipal, aquando da sua visita a Portugal, com o intuito de estreitar laços entre os dois países. Acrescentou que, logo a seguir, terá lugar um encontro, organizado pela Associação Empresarial de Cantanhede, com um conjunto de empresários de Cantanhede, manifestou o desejo de que sua visita tenha os resultados pretendidos e desejou-lhe os maiores sucessos no decurso do seu mandato como Primeiro-Ministro.-----

-----o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual deu as boas-vindas ao Sr. Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau, Eng.º Nuno Gomes Nabiam e referiu ser evidente que, estando a decorrer uma Assembleia Municipal, não poderá fazer a apresentação do concelho como gostaria, numa reunião normal, na qual poderia apresentar o filme do concelho, mostrar as suas potencialidades e como é o território. Referiu ter tido o privilégio de estar, há uns meses, numa reunião com o Senhor Ministro, que supõe pertencer ao Ministério da área da reorganização administrativa, juntamente com a

Câmara de Coimbra e com outros Municípios, no sentido de contribuírem com as suas experiências em termos de Câmaras portuguesas, com algumas informações sobre a tramitação administrativa. Referiu que, no caso concreto, está a decorrer uma Assembleia Municipal, encontrando-se presente o executivo camarário, constituído por 7 elementos, e o órgão deliberativo, composto pelo Sr. Presidente da Mesa, os seus Secretários e todos os Membros que foram eleitos, onde também constam os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Referiu que, como as palavras indicam, o executivo toma deliberações sobre temas impostos pela lei, mas há algumas áreas que só podem ser validadas depois de serem submetidas ao órgão deliberativo que é a Assembleia Municipal. Afirmou que gostaria de poder falar mais em detalhe sobre a realidade do Concelho, desde o impacto económico, à nossa intervenção na área social, na educação, na cultura, no desporto, no ambiente, sobre toda a estrutura do município, mas no caso concreto, considera mais importante que todos o possam ouvir pelo que agradeceu a visita e solicitou que falasse um pouco sobre o país irmão que é a Guiné.-----

-----Tomou então a palavra o Sr. Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau, Eng.º Nuno Gomes Nabiam, o qual, agradeceu a oportunidade e a experiência de poder assistir à sessão, completamente diferente do sistema existente na Guiné-Bissau. Acrescentou estar muito contente por estar presente e informou estar num périplo a Portugal, onde já esteve em Leiria, tendo tudo corrido muito bem, e que agora em Cantanhede, procura estabelecer contactos, parcerias e conhecer a experiência dos municípios em Portugal, tendo em conta que os laços históricos que existem entre a Guiné-Bissau e Portugal, são uma porta de entrada e saída para a Guiné-Bissau. Acrescentou ainda que a experiência que os Municípios têm poderá ajudar fortemente a Guiné-Bissau no seu processo de desenvolvimento, e que, eventualmente, poderá

fazer uma apresentação das oportunidades que a Guiné-Bissau oferece e também ver as possibilidades de estabelecer uma parceria estratégica com Cantanhede e deixar, um convite ao setor empresarial de Cantanhede possa visitar a Guiné-Bissau e poderem consultarem, *in loco*, as oportunidades que oferece. Referiu ainda que, Guiné-Bissau é um país com muitas oportunidades, que fica a três horas e meia de Portugal, com oportunidade em diferentes setores, como por exemplo, a pesca, a indústria, a transformação de caju e a área mineira, pois tem muitos recursos minerais que podem interessar, portanto, à Comunidade Empresarial de Cantanhede. Finalizou a sua intervenção, informando que um dos seus Conselheiros Económicos do seu gabinete irá fazer uma apresentação aos empresários e lançar o desafio às empresas em trabalhar na Guiné-Bissau e deixando um convite especial para que visitem o seu país, Guiné-Bissau, País amigo, irmão de Portugal.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, e em jeito de despedida, demonstrou a disponibilidade do Município e a vontade de poder cooperar sobre a realidade da vida autárquica e do setor organizativo e administrativo do Estado naquilo que é a administração local. Acrescentou que, o Sr. Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau, Eng.º Nuno Gomes Nabiam, nos momentos que estiver em Cantanhede verificará, não só uma grande hospitalidade, mas também uma grande vontade de cooperar com o País irmão. Agradeceu finalmente a sua presença, dando-lhe as boas-vindas a Portugal e em particular a Cantanhede. -----

----- Retomando a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas, solicitando que o Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão possa, relativamente a algumas questões, esclarecer alguma parte mais técnica, e, eventualmente, o Sr. Carlos Fernandes, esclarecer algumas questões

sobre a ABAP: - Relativamente às duas transferências bancárias, informou tratarem-se dos seus descontos para o Banco de Portugal, pois continua a ser funcionária do Banco Portugal e tem que fazer aqueles mesmos descontos; - Relativamente aos ajustes diretos, referiu também não apreciar esse procedimento, preferindo sempre que seja através de concurso. Acrescentou que, como a tramitação de um concurso é morosa, face a uma necessidade urgente de ter alguém numa determinada função, a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos pesquisa numa base de dados que dispõe, de pessoas que mandam currículos para a Câmara e, escolhem de entre essas pessoas, que são entrevistadas e que ficam, transitoriamente, a recibo verde. Acrescentou não ser o processo ideal, mas é um recurso que por vezes é utilizado para colmatar algumas áreas em que haja essa falha, como na área da educação por exemplo. Reforçou ser um método que é só utilizado quando há mesmo necessidade, por diversas razões, nomeadamente, um Serviço que tenha crescido ou alguém que ficou doente ou que se reformou antecipadamente, para colmatar o *timing* de um concurso público que é muito moroso; - Relativamente ao BIOCANT e à ABAP, recordou ter sido uma decisão tomada há 30 anos, para que Cantanhede se tornasse uma referência na área da biotecnologia e referiu que, comparativamente ao que a Câmara transferiu para o BIOCANT e para a ABAP, aqueles valores são residuais. Acrescentou que, no início, o Município transitou para o BIOCANT e para a ABAP valores de referência, porque houve necessidade das construções, tendo-se recorrido à Banca, e para estabilizar todo aquele processo, a dada altura, houve a necessidade de encontrar um privado para adquirir uma parte da ABAP e de fazer a sua gestão, porque ao nível financeiro já estava a ser muito difícil para o Município. Referiu ainda considerar que os efeitos positivos que o concelho de Cantanhede e a região tiveram com a criação do BIOCANT e da ABAP, ficaram muito além do que o Município tem

investido. Do objetivo da criação das duas associações, referiu que era mais facilitador em termos de acessos a fundos comunitários e acrescentou que, com a entrada do privado, que adquiriu dois edifícios, estão a proceder à reestruturação do BIOCANT e da ABAP, negociando com a Banca os prazos de pagamento e as taxas, porque as transferências que o Município faz, por exemplo para o BIOCANT, são para pagar o empréstimo dos dois edifícios que está a decorrer. Relativamente à ABAP, recordou que era a Entidade que geria o Parque anteriormente, e que fazia o controle das empresas que lá estavam, os contratos de arrendamento, pagava a água, luz, etc..., o que é atualmente feito pela empresa BIOCANT S.A.. Acrescentou que a ABAP, no momento, faz outro tipo de controlo, tendo sido necessário criar a estrutura para gerir todo o universo da BIOCANT associação que não tem estrutura administrativa, nem de contabilidade nem de gestão. Assim, é a ABAP que fornece esse serviço à BIOCANT associação, porque tem de gerir as candidaturas, a microbiologia, a Academia de Ciência, enquanto o BIOCANT, SA tem unicamente a parte ligada à investigação e à parte das análises. Acrescentou que a ABAP tendo associados, tais como outros Municípios, está no momento a fazer a preparação do plano estratégico do concelho para os próximos 20 anos, com o interesse manifestado por esses outros Municípios de poder extravasar à região. Relativamente aos 150.000,00€ referidos, informou nada ter a ver com a ABAP, nem com o BIOCANT, mas sim com um protocolo que foi estabelecido há largos anos para a instalação em Cantanhede do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, o outro edifício que fica ao fundo e que é propriedade daquela Universidade, o que fez com que existam na ordem dos 400 investigadores em Cantanhede. Acrescentou que, cada vez mais, a BIOCANT Associação e a ABAP irão ter uma componente mais social e educativa, até porque a Academia de Ciência está a ser reorganizada, tem uma divulgação constante e

parceria com as Escolas do concelho e da região, com o objetivo de incentivar cada vez mais as crianças e os jovens para a área específica da ciência, da investigação e da biotecnologia, o que não tem retorno financeiro, mas sim retorno no futuro, ao nível da educação. Afirmou ser evidente que, do ponto de vista financeiro, a BIOCANT e a ABAP não são duas entidades para ter contas controladas se não tiverem o financiamento do Município, sobretudo enquanto durar o pagamento das prestações bancárias daqueles edifícios. Após algumas outras explicações dadas para reforçar o que havia já dito, referiu ser evidente que é uma aposta que o Município tem de continuar a fazer por ser algo diferenciador da região. Relativamente à questão dos seguros, solicitou que fosse o Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, a dar as explicações necessárias.-----

----- Interveio então o Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, informando que, no caso dos seguros, é elaborado um único concurso público para as diferentes áreas, sempre com a indicação de colocarem uma agência local como intermediária, para uma mais fácil comunicação.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Ulisses Salvador, esclarecendo que, quando falou nos trabalhadores recrutados através do ajuste direto, queria referir-se a questão que tem acontecido noutros municípios, nomeadamente, em relação a um próximo concurso, se essas pessoas que foram contratadas por ajuste direto, têm alguma situação de vantagem sobre os outros concorrente. Relativamente à ABAP e à BIOCANT, afirmou compreender a situação da BIOCANT dado os encargos que a Câmara assumiu, nomeadamente com os empréstimos para os edifícios. Relativamente à ABAP já é diferente porque o próprio Revisor Oficial de Contas já o ano passado dizia que a ABAP não tem qualquer tipo de movimento, nem atividade, tendo assim ficado perplexo ao constatar que foi nomeado um Diretor Executivo e entrado mais dois

Técnicos Superiores de Contabilidade, o que traz encargos por ano em mais de 170.000,00€. Acrescentou que, quando a Sr.ª Presidente da Câmara fez a analogia com as IPSS e com o desporto, tudo isso serve o público, ao contrário da ABAP e da BIOCANT que não servem os munícipes, mas que representam um investimento de dinheiro todos os anos. Relativamente às patentes realmente, referiu que, conforme leu nas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas, já não são da BIOCANT, mas sim da CANTADVISER, de acordo com um contrato celebrado em 2018, tendo sido um negócio uno e incindível.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu considerar que já explicou porque é que a questão do BIOCANT e da ABAP existem e como funcionam. Acrescentou que, enquanto na BIOCANT os associados são o BIOCANT, a Câmara, o Centro de Neurociências e a ABAP, a ABAP tem um infindável número de associados, onde estão desde Municípios, como a Adega Cooperativa, a ADELO, etc,, sendo a quota da Câmara a mais alta. Acrescentou ainda que, devido à fase de transição que existiu entre a entrada do gestor privado que retirou funções à própria ABAP, os associados entendem que a ABAP também se deve manter. Referiu ainda ser preferível, ficar perfeitamente autónoma do serviço que era pago ao privado, conforme foi referido pelos Auditores. Relativamente à questão dos prestadores de serviços, referiu que, quando os concursos são feitos só por análise curricular e entrevista pessoal, se tem mais experiência e se já está a desempenhar a função pretendida, ao contrário de outra pessoa que nunca a desempenhou, isso é potenciado, mas por norma há provas escritas que fazem o primeiro filtro e também uma análise psicológica. Acrescentou que, por vezes, esses filtros têm trazido algumas surpresas porque, ou as pessoas se enervam ou não estão tão bem preparadas para a prova escrita, sendo, na sua opinião, o ideal é existirem concurso.

Informou ainda que também usam outro tipo de procedimento, que é a mobilidade, dando a possibilidade a outras pessoas que estão em outros organismos, de poderem vir para a Câmara.-----

----- Questionou ainda o Sr. Ulisses Salvador, se há alguma perspetiva de que a ABAP venha a não dar prejuízo, uma vez que no ano passado não apareceu com um saldo negativo porque houve uma transferência de 15.000,00€ da Câmara e de 30.000,00€ da BIOCANT, num total de 45.000,00€, o que impediu o saldo negativo.—

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que as quotas já foram deliberadas há largos para a ABAP e para a BIOCANT, não tendo sido pagas no ano anterior, talvez por lapso. Acrescentou que se pretende que a ABAP tenha outro tipo de funções, indo ao encontro de uma análise para o concelho, mas também para a região, o que também é entendido pelos outros parceiros, nessa mesma vertente. Referiu ainda que, o BIOCANT só tem uma administradora com funções executivas e o representante da Universidade de Coimbra que é o Presidente também do CNC, que também é administrador, não remunerado, sendo muito importante, ter a Universidade de Coimbra numa estrutura como a do BIOCANT.-----

----- Interveio o Sr. Ulisses Salvador, afirmando ter ficado esclarecido.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acrescentando que, desde o início, aquelas Associações tiveram uma determinada função e que tem sérias dúvidas se a ABAP deva ser extinta. Esclareceu que, se no futuro, por qualquer motivo, o privado não cumprir, há uma cláusula na cessão de exploração de retorno para o BIOCANT e para ABAP, de tudo o que transitou, pelo que devem estar preparados para um cenário desses. Recordou ainda que as duas associações surgiram em 2001, porque na altura, para a maximização dos fundos comunitários, os dois primeiros edifícios foram feitos por cada uma delas, face ao que dispunha o Plano

Estratégico Nacional. Acrescentou que o investimento da Universidade de Coimbra com fundos comunitários foi de 15.000.000,00€ e o Centro de Neurociências, numa assentada, passou para Cantanhede a investigação aplicada na área da biotecnologia, com 15 grupos de investigação, em áreas de pós-graduações, mestrados e doutoramentos na área da biotecnologia para Cantanhede. Acrescentou ainda que se deve seguir a mesma política e perceber o seu alcance, sendo que o retorno daquele investimento já está à vista, existindo indicadores uns objetivos e outros indiretos, como seja na área da habitação, na restauração, etc... Falou também de um estudo que protocolou a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que à época, 2017, para avaliar o impacto que o BIOCANT gerou em Cantanhede, no concelho, na região, o qual foi iniciado mas que foi parado a meio, porque, no ano seguinte, já com a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, surgiram outros investimentos como foi o caso da Tilray, que pelo facto de existir o BIOCANT, foram atraídos para Cantanhede, exatamente, porque tinha uma realidade científica, industrial, de investigação aplicada e equipamentos que puderam usufruir. Acrescentou que, outros investimentos estão a surgir, que levam à criação de novas empresas, empresas essas que foram distinguidas como empresas Gazelas pela CCDR, com volumes de negócios que chegam aos 20.000.000,00€ e que, podem levar à exportação de produtos de alto valor acrescentado, no valor de mais de 100.000.000,00€. Concluiu que aquele investimento inicial, que foi muitas vezes discutido na Assembleia Municipal, onde tiveram aquela visão de que lá mais à frente o retorno existiria. Deu alguns exemplos de opções políticas relacionadas com variadas áreas que nada têm a ver com a da biotecnologia, como a opção política da Câmara Municipal de Coimbra, que vai gastar centenas de milhares de euros como subsídio, para a vinda dos Coldplay ou a Câmara Municipal da Figueira da Foz que

vai ter uma etapa do Rali de Portugal, das quais para além dos restaurantes cheios, não fica nada, ao contrário de Cantanhede, para onde vêm pessoas que criam raízes.-

----- Voltou a intervir o Sr. Ulisses Salvador, afirmando concordar parcialmente com as afirmações do Sr. Presidente da Mesa, mas estar preocupado porque aquelas associações deveriam ter um paralelismo semelhante a uma empresa, que quando abre não é para viver uma vida inteira subsidiada pelo Estado, neste caso pelo Município, sendo certo que, todos os anos, a Câmara, lá mete quase meio milhão de euros.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, discordar totalmente, dando como exemplo o antigo CEFA, ao qual preside atualmente e que é uma Fundação de direito privado sem fins lucrativos que persegue objetivos públicos e tem como instituidor a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que tem contas que podem ser positivas ou negativas, mas que, por acaso, têm sido positivas porque há uma prestação pública que é feita. Relativamente à ABAP e ao BIOCANT, acrescentou que a decisão política do Município, foi criar aquelas Associações, não na mira do lucro, mas para dar suporte a empresas e empreendedores para iniciarem as suas vidas profissionais. Referiu, finalmente, que a ABAP e o BIOCANT não abriram para dar lucro, pois não são empresas, mas Associações sem fins lucrativos que perseguem objetivos públicos, sendo um investimento público que considera reprodutivo, porque, mais à frente, vão desenvolver empresas que vão faturar milhões, o que será refletido na derrama, que será novamente aproveitada para aumentar as zonas industriais...-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, dando alguns esclarecimentos complementares relativamente à Biocant associação:

- Que os 150.000,00€ referidos não dizem respeito às Associações, dizem respeito a

um protocolo celebrado com o Centro de Neurociências; - Relativamente às transferências que foram referidas para a ABAP, os relatórios de contas do Município e das Associações não encontram reflexo em nenhum dos valores referidos; - Fruto do que eram algumas notas que vinham atrás dos Revisores de Contas, atualmente os documentos de Prestação de Contas das duas Associações passaram a incluir um capítulo referente às relações com entidades relacionadas, sendo o BIOCANT PARK, S.A. uma entidade com a qual existem vários contratos, de cessão de exploração, de compra e venda dos edifícios, de rendas das salas que ocupamos, etc.; - Entre as duas Associações e com o município são especificados num capítulo próprio e nas tabelas financeiras respetivas, quais são os fluxos entre estas entidades, sendo tudo claro como água; - Não existe qualquer financiamento da BIOCANT para a ABAP, pelo contrário, a BIOCANT deve dinheiro à ABAP resultante da altura da cessão da exploração em que a ABAP ficou com liquidez e colocou suprimentos na BIOCANT, sendo parte do valor juros desses suprimentos e um rendimento, outra parte vem de um conjunto de processos que vêm de trás, ainda de empresas que estavam instaladas, de algumas empresas em que as Associações tinham participações, de rendas e dívidas em atraso; - O que a Câmara lá coloca são as quotas, que pagam IVA, e que foram estabelecidas há anos, não são de agora; - No início, antes de se ter encontrado o parceiro privado com músculo para fazer a gestão financeira dos edifícios, durante alguns anos, efetivamente, as Associações davam prejuízo porque também construíram os edifícios e tinham encargos altíssimos; - Nos últimos anos, as Associações têm dado resultados líquidos positivos, com duas exceções: - A ABAP em 2021, porque não houve pagamento de quotas, dado que a atividade estava suspensa e também houve o COVID, tendo havido uma retoma da atividade com o reforço da estrutura no último trimestre de 2022 que se vai refletir em 2023, o que se

refletiu na BIOCANT, por força dessas circunstâncias; - Que o Revisor de Contas disse que, apesar daquelas imparidades foi um bom negócio porque existia um conjunto de dívidas antigas e de participações das quais se conseguiu receber metade e que, face às outras opções que estavam em cima da mesa, foi a melhor solução encontrada; - Que o Revisor Oficial de Contas do Município entrou há relativamente pouco tempo, tendo pegado nas notas do Revisor anterior; - Que, percebe que há alguma dificuldade em avaliar o que são patentes e que é mais difícil estabelecer o valor de alguns ativos, no entanto estranha que, sistematicamente digam que não têm informação suficiente mas não pedem às associações esclarecimentos adicionais, que seriam prestados dentro dos princípios de transparência e de boa gestão.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 8 - “Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo ao ano de 2022”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 25 votos a favor e 9 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Ulisses Salvador procedeu à leitura de uma declaração de Voto do seguinte teor: *“Na sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada a 19/04/2023, o Deputado Municipal pelo Partido Chega vota a favor no ponto 7 da ordem de trabalhos, aprovação de Prestação de Contas de 2022, mas com reserva no que concerne aos resultados das empresas intermunicipais ABAP e BIOCANT.”*-----

----- Também o Sr. José Malta procedeu à leitura da seguinte declaração de voto: *“Os últimos dois anos têm sido muito difíceis e desafiantes em cima de dois anos de uma pandemia desgastante, assistimos à inqualificável invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, o que provocou uma guerra que trouxe à tona os mais negros receios de instabilidade global a múltiplos níveis. Infelizmente após vivermos os mais*



difíceis dias de uma crise pandémica durante cerca de dois anos que além de constrangimentos nos rendimentos, trouxe outros tipos de problemas às pessoas, vivemos hoje uma crise inflacionária que se coloca a níveis de há 30 anos, com origem na invasão bárbara da Federação Russa sobre a Ucrânia sobre a qual não podemos ser indulgentes, nunca deixando obviamente de procurar e promover o diálogo, mas ser absolutamente implacáveis na condenação dos invasores e criminosos. Conforme já o dissemos aqui numa sessão em 2022 desta Assembleia Municipal, na altura referindo-nos ao documento de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2021, a Câmara Municipal de Cantanhede a 31/12/2021 tinha uma capacidade de endividamento cerca de 30.000.000 de euros e tinha uma taxa de concretização dessa mesma capacidade de 20,35%, cerca de 6.000.000 de euros. Perante o exposto, dissemos na altura que não querendo fomentar o endividamento irresponsável, era difícil de compreender a inexistência de condições financeiras para absorver o impacto de uma possível revisão da receita fiscal municipal em baixa, aliviando a pressão económica sobre as famílias de Cantanhede. Na nossa perspetiva, reafirmamos que, será sempre nos momentos de excecionalidade que se afigura fundamental adotar medidas de proteção das pessoas. Ora, este documento de Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2022 agora apresentado a esta Assembleia Municipal, mostra indubitavelmente números interessantes, sobretudo tendo em conta que se referem a um período de tempo afetado por todos os constrangimentos conjunturais que acima abordamos, estamos a falar de taxas de execução da receita e da despesa que cifram respetivamente nos 95 e 87%. Todavia, não nos podemos esquecer que mais do que a análise técnica dos documentos contabilísticos e verificação da exatidão e coerência da informação financeira apresentada pelo Município, conforme explanada no relatório e parecer do auditor externo e mais do que a análise do desempenho

económico ou financeiro, que é de grosso modo o âmago deste documento, é importante avaliar-se se a frieza dos números acompanha efetivamente o calor da concretização prática daquilo que são as necessidades reais dos nossos munícipes. Esta é, em nosso entender, a avaliação crítica que se impõe e que do ponto de vista político importa fazer. Em 2022 e face a 2021, a Câmara Municipal continua com o limite de endividamento, nos termos da Lei, longe de ser atingido e com esta execução ainda mais se consolidou nesta posição. Dos cerca de 30.000.000 de euros de capacidade de endividamento, a Câmara tem apenas utilizados cerca de 5.000.000 de euros, precisamente um valor muito aproximado com o valor da receita do imposto direto - IMI, conforme já em 2022, o dissemos. Sabemos e reconhecemos e ficamos felizes por isso que é sempre interessante sinal de competência e politicamente apelativo que o Município apresente resultados líquidos de exercício na ordem dos 2,3 milhões de euros. Mas quando cruzamos estes dados económico financeiros positivos com a vida real da população, as dificuldades que atravessa e com a satisfação ou não dos anseios dos munícipes, será que ficamos felizes? A qualidade de vida dos habitantes do Concelho está melhor? As estradas da grande maioria do Concelho estão nas condições adequadas de utilização? A despesa dos munícipes com água, saneamento e recolha de resíduos não foi aumentada? Ao nível da construção/ habitação foram as taxas dos respetivos licenciamentos revistas em baixa como forma de estímulo ao setor e forma de incrementar a resposta do nosso Concelho? Os serviços de saúde, aqui da exclusiva responsabilidade do Governo central sobre cujas intenções manifestadas recentemente para Cantanhede estamos frontalmente contra e que não deixaremos de lutar contra as mesmas, estão melhor ou continua na mesma? O turismo em Cantanhede, no concelho, cresceu assim tanto como deveria para ser considerado um setor económico de relevo no panorama

concelhio? A cultura abriu definitivamente as portas a todos os tipos de plateias ou continua cingida aos megaeventos, aos eventos para plateias muito específicas e aos eventos de cariz local com insubstituível participação das respetivas forças vivas? Em nosso entender ter contas certas não deve encerrar um objetivo em si mesmo. Só vale a pena realmente ter contas certas, neste caso até superavit, se a população tiver as respostas que necessita e merece e se virmos todos os indicadores económicos, sociais, culturais, desportivos, de educação e da saúde do Concelho também a crescerem positivamente e na prossecução destes objetivos poderia ter contribuído uma taxa de concretização da despesa, ainda que boa, como dissemos, superior ainda aos 87% registados em 2022, que se aproximasse mais à taxa de concretização da receita. Queremos um Município com contas certas, sim, mas não à custa da falta de concretização de medidas de melhoria dos indicadores do Concelho e de resposta real efetiva às necessidades e anseios dos munícipes. Tendo em conta o acima dito, os Deputados desta Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, justificam o seu voto de abstenção ao documento de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do município de Cantanhede relativo ao ano 2022.”-----

----- E ainda, o Sr. Carlos Fernandes, procedeu à leitura da seguinte declaração de Voto: “Os documentos de prestação de contas traduzem em linguagem económica ou financeira as opções políticas previamente tomadas e a capacidade de as executar. Estando-se perante um documento técnico que demonstra que a Lei foi cabalmente cumprida, que os indicadores são positivos e que globalmente o Município goza de boa saúde financeira, importa analisar o contexto, a execução, os indicadores e as políticas, o que faremos destacando os seguintes aspetos do documento: O exercício 2022 foi extremamente difícil porque quando se começavam a registar alguns efeitos da recuperação pós pandémica, veio depois a invasão Russa à Ucrânia, que

condicionou uma inflação galopante, a mais alta dos últimos 30 anos, que se faz sentir particularmente na área energética, nos bens alimentares e nas taxas de juro. A estes fatores que impactaram na atividade municipal, acresce ainda a complexa transferência de competências na área da educação, que se traduz num enorme acréscimo de pessoal e em transferências francamente deficitárias. São apresentadas boas taxas de execução, ou seja, na adequação entre o que foi planeado orçamentado e o que foi realmente recebido ou gasto. A execução global da receita ultrapassa os 95%, muito acima do limite legal de 85%, que determinam o alerta precoce de desvios, enquanto a taxa de execução global da despesa ultrapassa os 87%. Estes resultados são consideráveis em termos absolutos, mas também em termos relativos, porque constitui uma melhoria em relação às boas percentagens que já se haviam registado no ano anterior e também em termos políticos, na medida em que configuram a execução financeira de um orçamento e Grandes Opções do Plano que não mereceram votos contrários das outras forças políticas. Há um enorme rigor previsional, porquanto as taxas de execução utilizam com base de comparação os valores provisionais e como se sabe o orçamento foi aprovado ainda antes da guerra ter surgido. Ainda assim, já então, as palavras de ordem eram incerteza, imprevisibilidade e instabilidade, o que revela a enorme assertividade do executivo enquanto responsável pelas opções políticas, mas também a qualidade técnica dos funcionários municipais e do trabalho desenvolvido que aqui parabenizamos. São cumpridos os critérios legais do equilíbrio orçamental, nomeadamente do princípio do equilíbrio orçamental em que se verifica uma poupança corrente que ultrapassa os 7,2 milhões de euros e com a regra do equilíbrio orçamental em que se verifica um saldo superior a 4,5 milhões de euros. Apesar de Cantanhede não ter aumentado nenhuma das taxas definidas para os impostos a nível municipal, verifica-se alguma subida da

receita fiscal municipal, em linha com o que aconteceu a nível nacional, mas quase integralmente devido à subida da Derrama e do IMT. O maior valor da Derrama justifica-se naturalmente com a retoma da atividade, já que nos dois anos anteriores houve uma retração económica significativa devido a restrições pandémicas, então impostas a diversos setores de atividade. Especulamos, mas poderá também dever-se ao dinamismo financeiro das empresas do Concelho de Cantanhede e à instalação de novas empresas. Ainda assim o aumento mais significativo advém da receita do IMT, o Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, imposto cuja participação é legalmente estabelecida e não depende de qualquer decisão municipal. Atendendo a que o Estado Central arrecada 95% da receita de IRS e aos Municípios apenas são destinados os restantes 5%, os apoios aos cidadãos por via desse imposto, deviam passar por um maior aumento das doações e por uma atualização dos escalões mais efetiva, em consonância com o que o PSD tem defendido a nível local e nacional. Este aspeto encontra particular repercussão no presente documento de prestação de contas, na medida em que num contexto de redução dos rendimentos disponíveis e do poder de compra, a receita municipal do IRS em Cantanhede subiu menos de 4%, enquanto para o Estado essa receita subiu 12,8%. Esse foi só um dos contributos para a maior carga fiscal de sempre sobre os portugueses que atingiu em 2022 um recorde em percentagem do PIB. Estas contas de 2022 permitiram também aferir a crescente preocupação do Município de Cantanhede com as funções sociais, que fruto dessa preocupação e da assunção das competências transferidas na área da educação, representam agora 57% dos pagamentos efetuados no âmbito das Grandes Opções do Plano, num valor que ultrapassa os 10,1 milhões de euros, um acréscimo de mais de 2.5 milhões de euros em relação ao ano anterior. A educação é a área mais significativa, mas as medidas de apoios estendem-se à saúde, à ação

social, à habitação, à cultura, ao desporto e a muitas outras áreas com enormes impactos na vida dos cidadãos e em especial dos mais desfavorecidos. Por outro lado, as funções económicas e as outras funções não ficaram comprometidas, destacando-se nesta área os investimentos que foram realizados no alargamento das zonas industriais, mais de 1 milhão de euros, em requalificação rodoviária e infraestruturas de vias e arruamentos, cerca de 2,2 milhões de euros e em diversas transferências para as Juntas de Freguesia, órgão de maior proximidade às populações, mais de 1.5 milhões de euros. Face a estes dados, estranha-se, por exemplo, que uma parte da oposição critica falta de investimentos e estradas, quando precisamente nesta Assembleia, parte dos seus eleitos, se absteve na aprovação de um empréstimo para a execução de requalificação rodoviária. Como se costuma dizer, é querer sol na eira e chuva no nabal. Outros resultados de destaque nas contas do Município de Cantanhede, são a inexistência de dívidas a fornecedores no final do ano, o prazo médio de pagamento 16 dias, a redução da dívida de curto prazo em mais de 20% e a melhoria da generalidade dos rácios orçamentais económico financeiros, com destaque para os resultados obtidos nos indicadores de liquidez, solvabilidade e autonomia financeira. Mais do que uma visão própria do PSD de Cantanhede, destacam-se as palavras desta semana do Partido Socialista e do atual governo por ele suportado, defendendo taxativamente que as contas certas são o caminho que permita proteção de rendimentos e os apoios à população. Nesse âmbito, o resultado líquido positivo a rondar os 2,4 milhões de euros e a utilização de apenas 28,8% da capacidade de endividamento, são fatores que atestam a saúde financeira do Município de Cantanhede e simultaneamente, e as palavras não são nossas, reforçam a Independência, a capacidade de atuação da Câmara na execução dos investimentos necessários e na implementação de apoios sociais. Pelo exposto,

atendendo à assertividade, perseverança, visão e rigor deste executivo municipal liderado por Helena Teodósio, que no contexto nacional e global particular dificuldade e instabilidade tem tomadas opções certas, mantido a dinâmica e obtido excelentes resultados, como está plasmado neste Relatório de Gestão, a bancada do PSD vota favoravelmente os presentes documentos de Prestação de Contas.”-----

-----Referindo que, o **Ponto 9 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Reparação da Cobertura na sede da Junta”, o Ponto 10 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de stands para a realização da Feira do Tremoço”, o Ponto 11 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de stands para a realização da Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã”, o Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de terreno para alargamento do Cemitério”, o Ponto 13 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Murtede / Obras de Ampliação do Cemitério”, o Ponto 14 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2022 pela equipa de Sapadores Florestais”, o Ponto 15 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Novembro e dezembro de 2022 e janeiro, fevereiro e março de 2023” e o Ponto 16 -**

“Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio em Géneros Relativo a Bens Doados e Serviços Fornecidos às Freguesias / Uniões de Freguesia do Concelho de Cantanhede - Ano 2022” tratam de atribuições de subsídios às Freguesias, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse todas as explicações necessárias sobre os mesmos, sendo os pontos de seguida votados individualmente, como tem sido usual.-----

-----Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 9 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, no montante 4.437,23€, para a reparação da cobertura da sede da Junta de Freguesia, que é na Escola e é propriedade do Município; - O ponto n.º 10, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima, no valor de 5.000,00€, para a aquisição de stands, destinados à realização da Feira do Tremoço; - O ponto n.º 11, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã, no valor de 5.000,00€, também para a aquisição de stands destinados à Feira do Vinho e da Gastronomia; - O ponto n.º 12, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã, no valor de 6.500,00€, para aquisição de terreno destinado ao alargamento do cemitério; - O ponto n.º 13, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede, no valor de 19.500,00€, também para obras de ampliação do cemitério; - O ponto n.º 14, refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha, no valor de 7.500,00€, destinado à execução de trabalhos de silvicultura preventiva; - O ponto n.º 15, refere-se aos Postos de Enfermagem, que continuam com os Protocolos por assinar, sendo necessário atribuir os seguintes subsídios: Freguesia da Cordinhã, 1.426,76€, Freguesia de Ourentã -1.386,38€, Freguesia de Sanguinheira – 1.238,32€, União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça –

1.399,84€, União das Freguesias de Covões e Camarneira – 1.399,84€ e União das Freguesias de Portunhos e Outil, 1.870,94€; - O ponto n.º 16, é referente à atribuição de subsídios em géneros à União das Freguesias de Covões e Camarneira, no valor de 535,90€, relativo a uma vedação no campo de jogos do Seadouro e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, no valor de 966,75€, relativo à execução da base para a construção do estaleiro de materiais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 9 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Reparação da Cobertura na sede da Junta”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 10 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de stands para a realização da Feira do Tremoço”**, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 11 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cordinhã / Aquisição de stands para a realização da Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã”**, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de terreno para alargamento do Cemitério”**, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 13 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Murte de / Obras de Ampliação do**

Cemitério”, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 14 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Tocha / Execução dos trabalhos de silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2022 pela equipa de Sapadores Florestais**”, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 15 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Novembro e dezembro de 2022 e janeiro, fevereiro e março de 2023**”, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se ao **Ponto 16 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio em Géneros Relativo a Bens Doados e Serviços Fornecidos às Freguesias / Uniões de Freguesia do Concelho de Cantanhede - Ano 2022**”, para o qual também não houve qualquer pedido de intervenção, e, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Verificando que o **Ponto 17 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia da Tocha / Época Balnear na Praia da Tocha”** e o **Ponto 18 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ançã / Praia Fluvial de Ançã”** dizem respeito a contratos interadministrativos com duas freguesias, o Sr.

Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que os explicasse em com junto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que aqueles dois pontos relativos a contratos a celebrar com as Freguesias, caso assim os seus Executivos assim o entendam, para algumas manutenções em algumas áreas em que têm sido feitas pelo Município. Referiu assim que, o contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha é relativo à época balnear da Praia da Tocha, no valor total de 15.199,20€s, com um valor mensal de 1.266,60€, passando a Junta de Freguesia a fazer: - A manutenção das estruturas em madeira dos passadiços, do campo de jogos, da rotunda, do logradouro, da Associação de Moradores, entre outros; - A montagem das estruturas de sombreamento dos estacionamento, a instalação daquelas estruturas metálicas, a aplicação das coberturas, as manutenções, as desmontagens, etc...; - A instalação e desmontagem dos equipamentos desportivos do areal; - A manutenção de equipamentos sanitários e balneários; - A execução de pequenas reparações elétricas, de fugas de água, a reparação e substituição de torneiras e válvulas, cestos do lixo, ferragens, portas, etc...; - A Gestão e higienização de equipamentos nas instalações sanitárias e balneários; - A abertura e fecho daquelas instalações, incluindo a sua limpeza e higienização diária com fornecimento de recursos materiais e consumíveis necessários. Acrescentou que, as intervenções de gestão e higienização das instalações serão executadas pela INOVA no período entre 15 de junho e 15 de setembro e de 1 de maio a 30 de setembro, no restante período, terão de estar abertas de sexta a domingo e feriados, com responsabilidade de abertura e fecho por parte

da Junta de Freguesia; - Outras intervenções como a manutenção das churrasqueiras, o Parque de Merendas e a Associação de Moradores, a limpeza das fossas, o saneamento da Biblioteca, a recolocação e reparação de sinalização turística e rodoviária. Relativamente ao contrato Interadministrativo a celebrar com a Freguesia de Ançã para a Praia Fluvial, informou que o valor é de 27.246,44€, com o valor mensal de 2.270,54€ e diz respeito, não só à parte da zona fluvial, mas também aos espaços verdes. Esclareceu que, no caso dos espaços verdes à volta do Quintal da Fonte, será feita a manutenção semanal daquele espaços, o sistema de rega, o corte da relva, as fertilizações, etc... Relativamente ao plano de água, limpeza e higienização quinzenal do plano de água, vaziamiento e a escovagem, estão calculados 5 meses de utilização, e as reparações e renovações do botão da piscina serão feitas pelo Município, bem como a limpeza e manutenção das linhas de água das valas, que vão ter à praia fluvial, a limpeza dos balneários e instalações sanitárias, as reparações, substituição de torneiras e válvulas e espelhos, etc... e ainda a limpeza de outros espaços, a recolha de resíduos urbanos, papeleiras, arruamentos e percursos pedonais, de maio a outubro, de 2 em 2 dias à semana e diária no fim de semana e em julho e agosto, em novembro a abril, 2 vezes por semana. Relativamente ao Bar do Quintal da Fonte, existe um contrato entre a Junta e o concessionário, de acordo com as condições já definidas pela Câmara. Referiu ainda que as obras de manutenção do edifício serão suportadas pela Junta, já que receberá as rendas da concessão, embora os pagamentos da água e da luz só serão iniciados após a passagem da titularidade dos contadores de água e saneamento, eletricidade, para a Junta de Freguesia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 17 -**
“Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de

delegação de competências a celebrar com a Freguesia da Tocha / Época Balnear na Praia da Tocha”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 18 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Ançã / Praia Fluvial de Ançã”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 19 - “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou que, no âmbito da transferência de competências na área da educação foram celebrados contratos Interadministrativos a 29/12/2022 entre Município e os diferentes Agrupamentos, os quais estão permanentemente em atualização, perante a gestão complexa que resulta de um conjunto de adaptações incontornáveis, quer da parte do Município, com o acréscimo de despesas, pessoal etc... quer da parte dos Agrupamentos que também estão a reconfigurar todo um conjunto de dinâmicas em termos de gestão e daquilo que vão fazendo. Acrescentou que, tem havido um diálogo permanente e uma atualização daquelas dificuldades, informações e também de valores, sendo necessário celebrar uma adenda ao protocolo, para atualização dos seus valores, consoante o quadro que anexo à informação enviada, resultando para o Agrupamento de Escolas Gândara Mar, o valor de 14.896,16€, para o Agrupamento de Escolas Lima de Faria, 11.466,73€ e para o Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva, 41.799,48€. Esclareceu ainda que aqueles reforços foram atribuídos com caráter de urgência e de

fôrma excecional, para fazer face a algumas necessidades dos próprios agrupamentos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 19 - “Apreciação, discussão e votação da minuta da adenda aos contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do Concelho”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 20 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Declaração de Interesse Municipal da localização proposta para a construção do novo cemitério de Cantanhede”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, o cemitério de Cantanhede está a atingir o limite de ocupação, e que, por ser o único de gestão municipal, já há muito tempo que os Serviços procuravam uma localização ideal. Acrescentou que, para além do cemitério de Cantanhede, na União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, existe um cemitério na Pocariça, em Lemede e na Varziela, pretendendo-se agora localizar o novo para sul da cidade e sendo necessário deliberar a Declaração de Interesse Municipal, devido à especificidade dos terrenos necessários. Referiu ainda estarem presentes o Chefe da Divisao de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques e o arquiteto Nuno Martins, autor do projeto, que irão apresenta-lo. Esclareceu ainda que, se tentou também configurar um outro tipo de oferta para o novo cemitério, com uma estrutura diferente na área de apoio administrativo, podendo ter um Crematório, que poderá ser concessionado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Chefe da Divisao de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, após

cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, no momento já há falta de espaço no Cemitério de Cantanhede, pelo que rapidamente tiveram de fazer um estudo para perceber qual a melhor localização para o novo cemitério, que recaiu na antiga Estrada Nacional entre Cantanhede e a Póvoa da Lomba devido a quatro questões essenciais, nomeadamente, a topografia, a localização relativamente aos outros cemitérios existentes nas imediações, a acessibilidade e infraestruturção. Acrescentou que se está perante uma localização com uma via já infraestruturada, em que a topografia em declive é favorável para se fazer uma caixa com areia, porque o material geológico ideal para um cemitério é a areia, sendo o que a CCDR pretende para os cemitérios. De seguida com o auxílio da projeção de um mapa, demonstrou a nova localização do novo cemitério, e a localização dos outros cemitérios, quer o da Varziela quer o da Pocariça, quer o de Lemedo e o atual da cidade. Referiu, de seguida que a localização proposta tem questões favoráveis, mas tem outras desfavoráveis, como seja: - Estar-se perante uma área de reserva agrícola, embora o regime jurídico da RAN enquadre a construção de cemitérios; Existir também reserva ecológica na zona, embora o regime jurídico da REN também enquadra a possibilidade de construção de cemitérios em reserva ecológica, sendo no entanto, necessário proceder-se a um reconhecimento de ação relevante de interesse público, daí a necessidade da Declaração de Interesse Municipal.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, verificando não haver pedidos de intervenção por parte dos presentes, deu a palavra ao Arq.º Nuno Martins, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, com o auxílio de uma projeção multimédia, procedeu à apresentação detalhada do anteprojecto para o novo cemitério. Tal como o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, já havia referido, reforçou que a ideia de construir o

cemitério naquele lugar teve em consideração várias questões, sendo a partir da topografia que o Gabinete da Divisão de Estudos e Projetos, desenvolveu o projeto. De seguida voltou a defenir a sua localização exata e explicou que a proposta assenta sobretudo na configuração do terreno e no trajeto existente, sendo necessário criar um novo acesso à zona do cemitério, ao parque de estacionamento e, aproveitando-se para reorganizar aquela zona e criar uma rotunda para uma nova entrada da cidade. Referiu ainda que o cemitério vai ser desenvolvido em várias vertentes: - Uma zona mais alta, onde vão ficar os edifícios, eventualmente, o Crematório, uma zona onde as pessoas possam velar os corpos, onde ficará todo o apoio administrativo, casas de banho, imediatamente a seguir ladeada pelos cinerários, zona onde as pessoas podem depositar as cinzas; - Uma zona em patamares, para se poderem criar caixas com areia, conforme foi pedido pela CCDR, com 2 metros de altura de terra para as sepulturas; - Vários declives que vão acompanhando o terreno, permitindo que o cemitério possa ir crescendo por fases, à medida das necessidades; - Uma zona de apoio às pessoas que trabalham no cemitério e sítios que possam servir para as pessoas poderem também tratar da manutenção do cemitério. Apresentou de seguida um esquema que explica todo o projeto, dando as necessárias explicações, bem como desenhos onde se pôde visualizar tudo o projeto final, que contém uma praça e um prado, no sentido de se fazer uma ligeira transição entre o cemitério convencional e um mais moderno, sem que chocasse muito a sensibilidade das pessoas, bem como uma zona de estacionamento que não interferisse com o tráfego e que desse acesso não só ao cemitério, mas também aos terrenos que se encontram ao seu redor.-----

----- Terminada a apresentação, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, fez os seguintes reparos: - Existe uma preocupação com uma grande cortina verde entre o



cemitério propriamente dito e a estrada, devendo ser reforçada para minimizar os impactos visuais para a Póvoa da Lomba; - Verificando-se que a via ciclável vai para o lado de Cantanhede, atendendo a que provavelmente esse fluxo de ciclistas e peões vai aumentar, e que há um bocado da estrada que não tem nem bermas nem passeios, sugeriu que pudesse ser prolongada também para o lado da Póvoa da Lomba.-----

----- Dada a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, esta deu nota que, inicialmente tinham pensado poder fazer, em vez de passeio, uma zona ciclável do lado direito que chegasse à zona da cortada para a Fortclima, em vez de seguir pela mesma estrada, que depois ia dar ao interior da Póvoa, com tapete eventualmente todo igual e pintado com a marcação da via ciclável.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual questionou, relativamente à parte do cinerário, se os recetáculos, serão em betão, em alvenaria ou diretamente na terra; -----

----- Respondeu o Sr. Arq.º Nuno Martins que, relativamente às fundações, conforme já referido, há a condicionante de ter de se criar caixas de areia, porque os terrenos que lá existem não têm condições e têm que ser impermeabilizados para não criar infiltrações do que quer que seja, até porque existe uma vala ao fundo. Acrescentou existirem muitas formas de o fazer, existindo pré-fabricados que são logo colocados nas zonas e, inclusive para o cinerário, existem umas caixinhas próprias em que as pessoas pegam na urna, depositam-na lá e depois metem a lápide por cima.-----

----- Agradecendo a presença do Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, e do Arq.º Nuno Martins, bem como a

apresentação efetuada e não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura colocou a votação o **Ponto 20 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Declaração de Interesse Municipal da localização proposta para a construção do novo cemitério de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 21 - “Apreciação, discussão e votação da primeira alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2023”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o Mapa de Pessoal contém 499 postos de trabalho, tendo que se acautelar inúmeras reformas que irão acontecer, não só no Município, mas também nas Escolas, a criação de vários lugares e as mobilidades intercarreiras de funcionários que já estão no município e que passam de uma carreira para a outra. Acrescentou que, ao nível dos Assistentes Operacionais, algumas áreas podem-se caracterizar de uma forma diferente, sendo atribuído, de acordo com a Lei, um suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade aos funcionários que trabalham no cemitério, no canil e no asfaltamento de rodovias.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 21 - “Apreciação, discussão e votação da primeira alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 22 - “2.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2023”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da



Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a presente alteração orçamental tem a ver, essencialmente, com o que é necessário fazer relativamente às modificações para incluir valores respeitantes às transferências de competências na área da ação social, mas também, criar rubricas novas relacionadas com a estratégia local de habitação, para aquisição de imóveis, devido a candidaturas que vão aparecer, para o programa de apoio ao acesso à habitação, ao Primeiro Direito e ao Parque Público de Habitação a custos acessíveis, uma rubrica para as Juntas de Freguesia no que diz respeito à celebração de contratos interadministrativos para a manutenção das praias durante a época balnear.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 22 - “2.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2023”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 20h38 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:



Primeira Secretária

Conceição Sá



----- A Primeira Secretária:

Daes de Casares Marques Sá, de 20

----- A Segunda Secretária: